



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

# 4 MASSAS

ÓRGÃO BISSEMANAL DO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO  
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL  
ANO 28 - Nº 529 - DE 9 DE OUTUBRO A 23 DE OUTUBRO DE 2016 - R\$ 4,00

## **Combater a ofensiva do governo golpista de Temer! Abaixo as reformas antinacionais e antipopulares!**

- **NÃO AO CONGELAMENTO DOS GASTOS** com educação, saúde, moradia e salários do funcionalismo!  
**NÃO À REFORMA DA PREVIDÊNCIA** que impossibilita a aposentadoria!
- **NÃO À REFORMA TRABALHISTA** que destrói a CLT e impõe maior superexploração do trabalho!  
**NÃO À REFORMA DO ENSINO MÉDIO**, que precariza ainda mais a educação pública!

**Lutemos pelas reivindicações mais sentidas  
e com os métodos da luta de classes!  
Por uma frente única sindical em defesa  
dos empregos, salários e direitos!**



**COLÔMBIA**

## **Por que as FARC se renderam?**

# Quebrar a ofensiva do governo golpista

Passo a passo, Michel Temer se sente mais confortável na presidência da República. A burguesia confirmou seu apoio à derrubada de Dilma Rousseff. O imperialismo admitiu que essa foi a melhor via para a proteção de seus capitais. Aos poucos, o ministro José Serra vem erguendo a nova autoridade brasileira diante da América Latina. As vozes discordantes dos governos aliados do PT já não oferecem real oposição.

O golpe de Estado se deu nos quadros da democracia vigente sem aparentemente feri-la e alterá-la. O PT e seus aliados foram para oposição. Podem exercitar suas críticas parlamentares e votar contra o governo golpista. A Operação Lava Jato continua centrada no objetivo de desmontar a estrutura material e política que sustentou o PT no poder. Não se sabe ainda o que fará diante das quadrilhas do PMDB, PSDB e DEM, mas tudo indica que administrará caso a caso as imputações a este ou àquele parlamentar. As eleições municipais favoreceram os partidos do golpe. A derrocada do PT e o raquitismo das esquerdas em geral aliviaram a conjuntura política.

A ampla rejeição da população ao governo Temer permanece, mas não atinge a escalada de estabilização política, uma vez que ainda permanece como descontentamento passivo das massas. A bandeira de “Fora Temer!” “Diretas Já” (ou “Eleições Gerais”) foi abafada pelas eleições municipais e pelo resultado desastroso do PT. O alto índice de abstenções, de votos nulos e brancos chamou a atenção das instituições burguesas envolvidas no processo eleitoral. Indicaram a reprovação geral aos partidos burgueses e desconhecimento da propaganda democratizante das esquerdas. Mas, de todos esses fatores, o que mais pesou a favor do governo golpista foi o esvaziamento das manobras da CUT em torno da greve geral.

O rompimento da unidade em torno das manifestações do dia 22 de setembro comprovou que a burocracia sindical blefava com a greve geral. As paralisações e manifestações dos metalúrgicos do dia 29 não passaram de breves e pequenas pausas para a burocracia discursar. Não poderia deixar de mencionar seus candidatos preferidos. O anúncio da ampla frente sindical que ia da CUT, Força Sindical, até CSP-Conlutas, retratada por uma sorridente foto, não foi

além de um anúncio para pedir ao governo golpista que não deixasse de abrir negociações com as centrais.

O gesto do sindicato metalúrgico do ABC (CUT) de abrir as suas portas por onde adentrou o ministro do Trabalho de Temer disse tudo o que fariam os burocratas petistas. A subserviência é a marca do sindicalismo estatista. O golpe contra o governo petista em nada mudou a conduta dos dirigentes cutistas. No dia seguinte, lá estavam os chefes supremos da classe operária negociando e colaborando com a estabilização do governo golpista. Diante das críticas, a resposta simplista e descarada foi a de que as centrais estão obrigadas a negociar com qualquer que seja o governo. Está aí expressa

***O golpe contra o governo petista em nada mudou a conduta dos dirigentes cutistas. No dia seguinte, lá estavam os chefes supremos da classe operária negociando e colaborando com a estabilização do governo golpista. Diante das críticas, a resposta simplista e descarada foi a de que as centrais estão obrigadas a negociar com qualquer que seja o governo. Está aí expressa a essência da política de colaboração de classes do cutismo, forcismo, cetebismo, etc. Está aí a essência da política traidora que submete as organizações da classe operária à ditadura de classe da burguesia, mascarada pela democracia, pelas negociatas e pela defesa de interesses particulares do empresariado.***

a essência da política de colaboração de classes do cutismo, forcismo, cetebismo, etc. Está aí a essência da política traidora que submete as organizações da classe operária à ditadura de classe da burguesia, mascarada pela democracia, pelas negociatas e pela defesa de interesses particulares do empresariado.

O golpe de Estado teve o mérito de revelar o quanto o PT e sua burocracia sindical se tornaram apêndice da democracia capitalista e da política oligárquica da burguesia. O quanto são responsáveis pelo fortalecimento da direita burocrática, encarnada pela Força Sindical. É nessas condições que se coloca a questão: como quebrar a ofensiva antinacional e antipopular do governo Temer?

Cabe à vanguarda revolucionária propagandear e agitar as reivindicações dos explorados. Deve vincular a luta contra as demissões, o desemprego e a alta do custo de vida com a luta contra as reformas da previdência e trabalhista, com a luta contra os cortes na saúde, educação e moradia, com a luta pela terra aos camponeses, com a luta contra o pagamento da dívida pública e com a

luta contra as privatizações. Esse é o programa pelo qual os operários, camponeses, demais trabalhadores urbanos e juventude oprimida se unirão e lutarão em uma frente única contra o capital, o governo e o imperialismo. Esse é o programa que permitirá à vanguarda revolucionária intervir nos sindicatos burocratizados, combater a política de colaboração de classes e desenvolver no seio dos explorados a estratégia de poder operário e camponês. Em defesa da vida dos explorados, abaixo o governo golpista de Temer, por um governo operário e camponês.

**Milite no POR, um partido de quadros, marxista-leninista-trotskista. Discuta nosso programa.  
CAIXA POSTAL Nº 630 - CEP 01059-970 - SÃO PAULO – [www.pormassas.org](http://www.pormassas.org)**

# Para que serve a reforma política

Pelo visto, a “reforma” política dará mais um passo à frente. O governo golpista de Temer está empenhado em aprovar a Proposta de Emenda à Constituição (PEC), concebida por Aécio Neves (PSDB). A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) deu seu parecer favorável. Basta agora que o plenário do Senado a referende.

A PEC 36/2016 tem sido apresentada como meio de aperfeiçoamento da democracia. Os seus defensores – a imprensa monopolista se encarregou de propagandear-la como um bálsamo – partem do diagnóstico de que o problema está na existência de 35 legendas. A reforma se encarregará, portanto, de reduzir ao máximo possível o número de partidos. Um número pequeno diminuiria a concorrência em torno do Fundo Partidário, permitiria maior racionalidade política, acabaria com as “legendas de aluguel”, restauraria o “valor do voto” e daria maior estabilidade no sistema democrático. Há quem insista que o impeachment é um reflexo do caos partidário e das deformações que condicionam a relação entre o Executivo e o Legislativo.

Sabe-se que as ambições direitistas do PSDB, que há muito almeja transformar o sistema presidencialista em parlamentarista, não serão plenamente satisfeitas. O fundamental, no momento, porém, é enxugar o “excesso” de partidos. O segredo é a cláusula de barreira ou de “desempenho” (nome mais bonitinho e agradável). O partido que não alcançar nas eleições para a Câmara de Deputados “3% dos votos válidos, distribuídos em no mínimo 14 Estados, com ao menos 2% em cada um deles”, perderá o benefício do Fundo Partidário e o direito ao acesso gratuito aos meios de comunicação, bem como às mordomias do legislativo. As coligações nas eleições proporcionais, por sua vez, não mais poderão ser feitas. De forma que não será mais possível eleger um candidato da coligação por meio do voto de outro candidato e partido. Nisto, segundo os seus defensores, se garantiria a “vontade do eleitor” e a “qualidade da representação”. A partir de 2022, o novo critério da cláusula de barreira se tornará mais dura: será preciso alcançar 3% dos votos em 14 Estados.

Essas duas alterações são os principais objetivos da “reforma política”. O que modificará de fato? Apenas reduzirá o número de partidos com representação no Congresso Nacional. É por isso que a PEC 36 combina cláusula de barreira com o fim das coligações. Um punhado de partidos é melhor para a centralização política do Estado e para estabelecer as negociatas entre o Executivo e o Legislativo em torno dos interesses da burguesia. Esse é o fundamento geral das alterações.

Os efeitos colaterais não deixam de ser importantes, como o de concentrar os recursos de campanha e restringir o acesso à população a uma camarilha partidária. Nota-se que a noção de democracia e de “vontade do eleitor” é bem particular às necessidades dessa camarilha e das instituições que a sustentam. Partidos como o PSDB, PMDB e DEM passariam a exercer uma hegemonia mais impositiva. Aqueles que sobreviverem e até se fortalecerem, como o PSB, PDT, etc. fariam parte da centralização autoritária.

O PT sofreu uma queda das alturas. Se pretender continuar servindo à burguesia, deverá ser coadjuvante em alguma das alianças. Tudo indica que perderá capacidade de aglutinar em torno de si partidos da nova hegemonia. Essa é a meta pretendida pelo PSDB e aqueles que apoiam a reforma patrocinada por Aécio Neves.

Há outro efeito colateral que é o da exclusão das esquerdas, que se consideram revolucionárias, como é o caso do PSTU, PCB, PCO. A cláusula de barreira cortará acesso ao fundo partidário. O primeiro recebe R\$ 1,8 milhão, o segundo R\$ 1,1 milhão e o terceiro R\$ 0,9 milhão. Não

terão como participar das eleições. O PSOL e o PCdoB recebem respectivamente, R\$ 10,1 milhões e R\$ 10 milhões. Também correm o risco de diminuir a chance de sobrevivência. Esses valores são proporcionalmente pequenos diante do que recebem os grandes partidos, do fundo total de R\$ 545,8 milhões. Mesmo assim, para a direita burguesa, é uma heresia financiar partidos de esquerda. Como se vê, no horizonte da reforma política, está a ideia de um seleto grupo de partidos burgueses reger o Congresso Nacional e decidir os resultados das eleições.

A direita tem insistido que é necessário rever a Constituição de 1988. Esta foi um mal necessário da democratização. De lá para cá, muito se mudou nas relações econômicas mundiais e no próprio Brasil. As normas trabalhistas devem ser “flexibilizadas” e a democracia “aperfeiçoada”. Essa ordem de raciocínio ganhou força. O impeachment de Dilma Rousseff e a queda do PT são reflexos desse movimento da direita burguesa que passou a contar com apoio do capital financeiro, das multinacionais, da agroindústria e dos grandes comerciantes.

A difícil transição encabeçada pelo governo golpista de Temer e a formação de um governo que expressa as forças que destituíram Dilma concluíram a etapa da democratização. Se o plano de reformas reacionárias for imposto em toda linha, estará superada a Constituição de 88 nos aspectos que deixaram de ser do interesse da burguesia e de seus partidos.

A tentativa de impor a cláusula de barreira vem desde o governo de Fernando Henrique Cardoso com a Lei dos Partidos Políticos 9.096, de 1995. No final de 2006, o STF a declarou inconstitucional, mediante a Ação Indireta de Inconstitucionalidade, representada pelo PCdoB e apoiada pelo PSOL, PDT, etc. O PSDB e a imprensa monopolista lamentaram a posição da Suprema Corte. No governo de Dilma Rousseff, em 2015, o Congresso Nacional fez uma “minirreforma” eleitoral, reduzindo o tempo de campanha de 90 para 40 dias e a propaganda de rádio e TV de 45 para 35 dias, A cláusula de barreira ficou à espera. Agora, chegou a tão almejada alteração na lei eleitoral.

O PT se mostrou incapaz de se opor ao curso da reacionária reforma. É bom lembrar que um de seus objetivos mais bem declarados foi o de que iria fundo na democratização do Estado.

As restrições à legalização de um partido são enormes. As condições em que o PSTU e PCO obtiveram o registro já não existem. A implantação da cláusula de barreira – tudo indica que o Senado irá aprová-la – será um duro golpe nas liberdades democráticas. A possibilidade de sobrevivência eleitoral dos partidos de esquerda legalizados se estreita drasticamente.

É sabido que o domínio da política parlamentar e governamental sempre esteve e sempre estará sob o controle dos mais poderosos partidos da burguesia, no caso o PMDB, PSDB e DEM. O PT foi um fenômeno novo e fugaz, por não ter sua origem organicamente vinculada à burguesia e ao velho sistema partidário criado após a “Revolução de 1930”. Não teve e não terá como ocupar o lugar de nenhum dos poderosos partidos da velha e nova oligarquia burguesa. É o que demonstra sua ascensão e queda. Acabou por contribuir com as reformas reacionárias, sendo seu promotor, sendo seu opositor inconsequente.

A tendência não é de a burguesia alargar a democracia, como julgava contar o PT. O regime político e seu funcionamento estão determinados, em última instância, pela base econômica e pela relação entre as classes sociais. A enorme penetração do capital monopolista, a grande ascendência do capital financeiro e a sobrevivência da velha oligarquia agrária, de um lado, e o enorme fosso entre a riqueza concentrada e a

pobreza disseminada, de outro, impossibilitam uma vigorosa e estável democracia burguesa. Trata-se de uma democracia assentada em relações típicas de capitalismo atrasado, marcado pela combinação de formas altamente avançadas com formas pré-capitalistas de produção, marcada pela polarização de classes e pela subserviência da burguesia nacional ao imperialismo. Está aí por que a tendência dominante é de autoritarismo e de reacionarismo na política burguesa de dominação. O golpe de Estado contra o governo do PT é parte dessa predisposição.

O objetivo de fechar o círculo partidário, como vimos, foi traçado no primeiro mandato de Fernando Henrique Cardoso. Demorou, mas está para se impor.

Evidentemente, trata-se de rechaçar a PEC/Aécio Neves e denun-

## Eleições 1º turno:

# RETROCESSO DO PT, AVANÇO DO PSDB E CRESCIMENTO DAS ABSTENÇÕES, NULOS E BRANCOS

As eleições municipais de 2016 expressaram o domínio da burguesia em seu campo próprio de disputa. Se antes o PT teve destaque, foi porque assumiu a defesa da política e da estratégia burguesa. Tornou-se instrumento das oligarquias regionais e do grande capital para gerenciar o aparato estatal, estatizar os sindicatos e demais organizações de massa, aplicar o assistencialismo e impor medidas de amplo favorecimento ao enriquecimento capitalista, agudizando o precipício entre os ricos e pobres. E se agora sofreu uma grande derrota, se deve ao fracasso da mesma política burguesa, que serviu para desviar o curso da luta de classes para o campo próprio de domínio dos exploradores.

As eleições se realizaram ainda envoltas no clima político do golpe institucional que derrubou Dilma Rousseff. De um lado, destacaram-se os partidos da base de apoio de Michel Temer. De outro, refletiu-se a crise política e econômica em marcha. Várias das medidas, para cuja aplicação o governo Temer foi concebido, foram adiadas em função da disputa eleitoral.

Os partidos golpistas colheram os frutos da campanha antipetista orquestrada pela polícia federal, STF, TCU, Congresso nacional, PSDB, Rede Globo, Estadão, etc. Grande parte das massas se distanciou do PT em todo o país (o petismo perdeu 374 prefeituras – em Minas Gerais, São Paulo, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, a queda foi brutal) e se deslocou em direção aos partidos oligárquicos que deram a base parlamentar para o golpe contra Dilma. O maior beneficiado foi o PSDB, o que mais cresceu, mas PMDB, PSD, DEM, SD, os partidos evangélicos e os criados apenas para viabilizar candidaturas (PHS) também se aproveitaram da derrocada eleitoral do PT.

Houve um profundo retrocesso do PT nas capitais. Conquistou em primeiro turno apenas Rio Branco e vai ao segundo turno em sete, mas a chance de vitória é pequena em todas elas. A preservação do número geral de vereadores em estados importantes, que não esconde o fracasso geral nas capitais, e as derrotas no ABC – berço político do petismo – configuram o retrocesso político. O maior número de prefeituras petistas hoje se concentra no Nordeste do país, enquanto se retrai no berço do petismo (estado de São Paulo – no ABC, o PT só vai ao segundo turno em Mauá, perdeu em todas as demais cidades). Esse dado evidencia a oligarquização do PT.

O domínio dos partidos golpistas nas eleições se expressa em toda linha. O PMDB se manteve com a maioria das prefeituras (em torno de mil). Conquistou uma capital e está no segundo turno em 14 grandes cidades. Sua derrota no Rio de Janeiro, estado que governa há muito tempo, pesou. Mas há grande chance de conquistar Porto Alegre.

ciar seu objetivo autoritário, mas sem embelezar a democracia burguesa. Não apenas rechaçar, mas levantar a bandeira de livre organização partidária e igualdade de condições de existência perante o Estado. A bandeira de fim do impeachment e pelo princípio da revogabilidade do mandato por quem eleger se opõe ao autoritarismo.

A luta democrática serve para mostrar pela experiência que a classe operária tem como se emancipar da política burguesa e de sua democracia, que oculta seu fundamento de classe, que é a ditadura da burguesia sobre a maioria explorada. É preciso evidenciar constantemente que eleições e parlamento são instrumentos da dominação capitalista. O que não faculta ao partido revolucionário deixar de combater toda e qualquer medida antidemocrática.

O PSDB foi o que mais avançou. Aumentou o número total de prefeitos de 686 para 793 e teve o maior número de votos. Conquistou 2 capitais e mais 13 cidades grandes e está no segundo turno em 18, sendo duas capitais. Conquistou a capital paulista no primeiro turno.

Os demais partidos da burguesia se mantiveram em posição intermediária. O PSB, que foi aliado do PT e se tornou peça do golpismo e aliado do PSDB, teve um pequeno crescimento.

O PDT registrou avanço e ocupou mais espaço petista que os postulantes “populares”. Cresceu de 304 para 334 prefeitos, ocupou a quarta posição no total de votos e disputa o segundo turno com chances em Fortaleza, São Luiz e mais seis cidades grandes.

O DEM, eterno aliado do PSDB, tornou-se sua sombra e só venceu em Salvador, com 73% dos votos válidos (ACM Neto), disputa em mais 5 cidades o segundo turno.

Na esquerda, o PSol teve um pequeno retrocesso nacional, que foi atenuado pelos 483 mil votos obtidos por Erundina em São Paulo, pela ida ao segundo turno em duas capitais e com a eleição de 4 vereadores mais votados em capitais. Irá ao segundo turno em duas capitais, Rio de Janeiro e Belém, onde recebeu apoio e recursos de grandes empresas. Mas diante de sua pretensão de ocupar espaços do PT, fracassou. O PCdoB pouco pode aproveitar do retrocesso do PT, 43 dos 80 prefeitos eleitos são do estado do Maranhão em que tem o governo estadual. Teve um péssimo resultado no Rio de Janeiro (Jandira Feghali – 3,34%, com apoio do PT).

## Eleição em São Paulo

O PT perdeu a prefeitura e pela primeira vez em 24 anos não vai ao segundo turno. A vitória de João Dória no primeiro turno surpreendeu, mas esteve de acordo com sua ascensão nas pesquisas, com a máquina do governo Alckmin, com ampla exposição na TV e demais meios de comunicação, com a adesão em grande escala dos partidos apoiadores do golpe nas últimas semanas.

A candidata do governo golpista de Temer em São Paulo era inicialmente Marta Suplicy, que havia deixado o PT e debandado para o PMDB. José Serra encabeçou a divisão no PSDB que levou Andrea Matarazzo ao PSD de Gilberto Kassab e à candidatura de vice-prefeito na chapa peemedebista. Mas Marta se negou a trabalhar em defesa do governo Temer e de suas medidas durante a campanha eleitoral, por receio de assumir uma postura antipopular e assim perder votos. O que levou a direção do PMDB a abandoná-la formalmente, em nota pública, a poucos dias da eleição. O abandono de Marta foi seguido

pela debandada para apoiar Dória. Configurou-se então uma ampla unidade burguesa ao redor do candidato obscuro lançado por Geraldo Alckmin, que exerceu uma forte pressão sobre as massas no sentido de rechaçar o PT e abraçar o empresário “gestor” Dória.

A votação de Dória esteve mais forte exatamente nos bairros de classe média alta, base dos movimentos anti-PT: Pinheiros, Higienópolis, etc., onde obteve mais de 70% dos votos válidos. Dória venceu em quase todos os bairros, exceto Grajaú e Parelheiros (extremo Sul), onde Marta manteve sua hegemonia. Na Zona Leste, Dória venceu com média de 30% dos votos válidos, enquanto Haddad e Marta estiveram na faixa ou abaixo dos 20%. Ao contrário do que a grande imprensa afirma, o PT não foi mais votado nos bairros chiques, como Pinheiros (24,5%, mas sobre um eleitorado pequeno, que deu 62% a Dória). E não foi a periferia que elegeu Dória no 1º turno. Os dados mostram que a maior votação de Haddad foi em Valo Velho, Capela do Socorro, Jabaquara, Campo Limpo, Itaim Paulista, Grajaú, Piraporinha, Rio Pequeno, São Mateus, Brasilândia, Parelheiros, Cidade Tiradentes. E Dória teve suas maiores votações nas regiões de Pinheiros, Indianópolis, Perdizes, Jardim Paulista, Vila Mariana, Santana, Lapa, Tatuapé, Saúde, Ipiranga (dados do Estadão). Esses dados mostram, de um lado, que os votos que elegeram Dória estão calcados na base social que compareceu massivamente às manifestações do Fora Dilma; de outro, que a votação do PT retrocedeu também nas regiões em que tradicionalmente tinha suas maiores bases eleitorais.

Os dados confirmam o retrocesso petista na eleição de vereadores da capital, onde ele perdeu o primeiro lugar para o PSDB, caiu de 11 para 9 parlamentares. O PT teve 81% dos votos em vereadores nominais, enquanto o PSDB teve a maior parte de seus votos na legenda. As campanhas dos vereadores do PT procuraram se desvincular da sigla acusada de ser a causadora dos problemas nacionais.

O PSol lançou Erundina com vistas ao quociente eleitoral. Ex-PSB, a candidatura burguesa de Erundina teve um desempenho eleitoral muito abaixo do esperado. Para ela, os 483 mil votos foram um fracasso; para o PSol, quase um quarto de sua votação nacional. Com base no voto de legenda que acompanhou Erundina, obteve dois cargos de vereador em São Paulo, com 15 mil e 12 mil votos. Um a mais que na eleição anterior. Saiu caro seu oportunismo eleitoral.

## **Os votos brancos e nulos crescem, e as abstenções surpreendem novamente. Violência explode em São Luiz e várias cidades**

Os assassinatos de candidatas a prefeitos e vereadores aumentaram em grande escala no país, fato encabeçado por Pernambuco. O caso de

maior destaque, no entanto, foi o de São Luiz, onde se incendiaram cinco escolas de votação e vários ônibus, levando a uma intervenção federal na cidade, com tropas da Força Nacional. O governo afirma que foram criminosos de dentro das prisões, superlotadas, que comandaram os ataques. As consequências foram a suspensão parcial da circulação de ônibus e a discussão entre os motoristas da paralisação das atividades diante da falta de segurança. O que poderia afetar significativamente a disputa eleitoral na cidade, pela impossibilidade de deslocamento dos eleitores.

No Rio de Janeiro, em São Paulo, em Porto Alegre (RS), Porto Velho (RO), Curitiba (PR), Campo Grande (MS), Belo Horizonte (MG), Cuiabá (MT), Aracaju (SE) e Belém (PA), os votos brancos e nulos somados às abstenções ultrapassaram o candidato mais votado no primeiro turno nestas eleições.

As abstenções subiram de 16,41% para 17,58%. É evidente que boa parte desses votos corresponde a ausências, dificuldades de votar, extrema despolitização, etc. Mas esse aumento não teve causa aparente fora daquela que é a queda do apoio à democracia entre os eleitores, especialmente no último ano, de 54% para 32%.

Os votos brancos e nulos, na maior parte de protesto contra o conjunto das candidaturas colocadas, cresceram em todo país. Destaque para o Rio de Janeiro (nulos, 12,76% e brancos 5,50% - somados às abstenções chegam a mais de 42%) e São Paulo (nulos, 11,35%; brancos, 5,29% e soma com abstenções maior que 38%).

O fenômeno das abstenções, brancos e nulos, embora complexo e contraditório, mostra que mais de um terço dos eleitores não votou. Junto com o retrocesso do PT, são os elementos mais importantes. Os partidos da burguesia não foram capazes de firmar sua ascendência sobre as massas. Seu ganho se deu mais por conta do afastamento de milhões de eleitores do PT. A ausência de um partido revolucionário enraizado nas massas não permite que o retrocesso do PT seja canalizado por uma via de independência de classe que se expressasse nas eleições.

O Partido Operário Revolucionário embrionário não teve como atuar nas eleições com candidaturas próprias, para denunciar a democracia burguesa e a manipulação eleitoral, chamar as massas a tomarem em suas próprias mãos a resolução de seus problemas e defender o programa da revolução proletária. Diante do oportunismo eleitoral das esquerdas, mergulhadas no eleitoralismo burguês democratizante, não restou alternativa que não defender o voto nulo. Pela construção do POR, em defesa das reivindicações e métodos de luta das massas, contra o governo golpista e as candidaturas burguesas, por uma frente única de luta contra os ataques aos empregos, salários e direitos.

## **Derrocada do PT e consolidação do golpe de Estado**

A conclusão mais visível e importante foi queda do PT. A imprensa monopolista se sentiu confortável com esse destaque. De 630 prefeitos eleitos em 2012, despencou para 256. Em números relativos, perdeu 59,4%. A derrota de Fernando Haddad para João Doria, em São Paulo, representou, em particular, o sentido geral do descenso petista.

O esfacelamento eleitoral do PT na principal capital do País o coloca em uma posição subalterna no quadro das forças partidárias nacionais. O fortalecimento do PSDB no estado de São Paulo tem um significado especial diante do fato de ter sido o fio condutor do golpe de Estado, embora o PMDB tenha assumido finalmente a presidência da República. A enorme rejeição nacional ao PT e a fragorosa derrota no principal estado da federação vêm solidificar o impeachment e favorecer a ofensiva da direita em seu objetivo de liquidar o PT.

Não há dúvida de que os responsáveis pela Operação Lava Jato verão nesse resultado catastrófico um apoio das massas à perseguição seletiva ao petismo. Distintamente seria se o PT tivesse sido capaz de convencer a maioria nacional oprimida de que a investigação de que padece e o golpe institucional constituíram um ataque a um governo de fato “popular”, embora burguês.

É evidente que o longo espetáculo do impeachment, a expulsão de Dilma Rousseff do Palácio do Planalto, a campanha de denúncia sobre a corrupção na Petrobrás, a utilização das empreiteiras para se financiar, a prisão de importantes figuras petistas e a transformação do ex-presidente Lula em réu da Lava Jato foram os principais fatores que implicaram a derrocada do PT. Os analistas que servem à imprensa monopolista batem nessa tecla. Explicam o que está às vistas de

qualquer um que domine o bê-á-bá da política. Assim, ocultam o outro lado da medalha. Os crimes dos demais partidos, principalmente os do PSDB, PMDB e DEM, foram marginalizados pela Operação Lava Jato, Ministério Público Federal e Supremo Tribunal Federal.

Com elevada dose de falsificação e hipocrisia, as instituições judiciais e policiais esconderam a revelação de que a direção do PMDB se convenueu definitivamente de que era preciso levar a cabo o impeachment de Dilma Rousseff como uma medida de contenção da ofensiva da Lava Jato. PMDB e PSDB/DEM estabeleceram uma aliança para que a caça ficasse direcionada ao PT e assim se exaurisse. Não se tratava apenas de derrubar o governo eleito, mas de arrancar o petismo do seio das massas. Em outras palavras, quebrar o encanto eleitoral exercido por Lula.

Há uma enorme quantidade de parlamentares e figurões do PSDB, PMDB e DEM denunciados pelo Ministério Público Federal, que de tão envolvidos que estão na corrupção não poderiam ficar ocultos. Aécio Neves e próprio Michel Temer fazem parte do rol da Lava Jato. O governador de São Paulo, Geraldo Alckmin, e seu partido, o PSDB, se safaram do “Escândalo do Caso Alstom”, que envolveu 6,8 milhões de dólares em propina. Também ficou para trás o caso de corrupção de Furnas. As campanhas presidenciais dos peessedebistas foram, sem exceção, regadas por dinheiro sujo.

Mais recentemente se descobriu o desvio de recursos da merenda escolar. É claríssimo o envolvimento do governo Alckmin. A máfia da merenda, assim denominada, foi organizada desde a secretaria da Casa Civil até a presidência da Assembleia Legislativa de São Paulo. Montou-se uma CPI sob o controle do PSDB e aliados – o PMDB também está implicado -, que mais serviu para ocultar do que para revelar. Sem que se demonstre o quanto as instituições que caçam o PT e o quanto protegem os delinquentes do PSDB, não se pode avaliar corretamente a estrondosa vitória do candidato de Alckmin em São Paulo e a derrocada geral dos petistas Brasil afora.

A explicação do desastre não se resume à vasta corrupção. O PT carrega nas costas o resultado da catastrófica crise econômica. Em pleno período eleitoral, as notícias diziam que o desemprego alcançava a casa dos 12 milhões e que renda média dos assalariados continuava caindo. Aos olhos das famílias afetadas com o desemprego e agoniada pela alta do custo de vida, o PT foi apresentado como o principal culpado, quando não o único culpado. Na campanha pelo impeachment, o PSDB, DEM e PMDB pintaram o governo de Dilma como o satanás que assaltou a vida do povo. Associaram a corrupção com a política econômica e com as demissões em massa, de maneira a formar uma explicação completamente distorcida dos acontecimentos. Os capitalistas que demitiam em todos os ramos da produção e dos negócios, as multinacionais que fechavam milhares de postos de trabalho e os especuladores da dívida pública que recebiam 500 bilhões de reais em juros ao ano ficavam anônimos, quando não eram vitimados. É como se a brutal recessão combinada com a alta do custo de vida tivesse nascida da política econômica do PT, cujo governo gastou mais do que o Orçamento permitia, que esbanjou e que dilapidou o patrimônio da Nação por meio da corrupção.

Essa foi a gigantesca fraude ideológica que amparou o impeachment e que pairou sobre as eleições municipais. Essa foi a grande fraude que serviu para o PSDB sair vitorioso das eleições, seguido das rebotalhas partidárias que calçaram a via do impeachment.

A política econômica certamente influencia o curso da crise, mas não o cria e não o determina em última instância. A recessão se instalou e se aprofundou no Brasil como reflexo e parte da enorme queda do comércio mundial. Toda América Latina sentiu os abalos do desmoronamento que iniciou em 2008 nos Estados Unidos e que até hoje

não foi plenamente contido.

Os governos burgueses – é preciso sempre identificar seu conteúdo de classe – que retomaram algumas teses do nacionalismo burguês e que se adaptaram se tornaram inviáveis diante da crise de superprodução e da exposição da fragilidade das economias atrasadas latino-americanas, submetidas que são ao imperialismo. Na Argentina, o peronismo foi apeado do poder. Na Venezuela, o governo chavista está em frangalhos e se fortalecem as tendências de golpe de Estado. Na Bolívia, a população não aceitou uma nova candidatura do indigenista. No Equador, duas frações direitistas disputaram o governo após o fracasso de Rafael Correa. No Brasil, o governo pseudo reformista foi derrubado. No rastro de seus fracassos e diante de suas impotências diante do imperialismo, avança a direita. À exceção da Bolívia, onde se fortalecem as tendências revolucionárias das massas, tendo em seu seio o Partido Operário Revolucionário, em toda América Latina a reação francamente pró-imperialista levanta a cabeça, depois de ter perdido terreno com o fim do desastroso movimento “neoliberal”.

Esse fenômeno também esteve presente nas eleições municipais, por meio das quais os partidos da burguesia reúnem forças para a disputa presidencial. É bem possível que essas eleições tenham sido as mais internacionalizadas da história das municipais. A derrocada do PT e a elevação dos partidos que protagonizaram o golpe de Estado estiveram sob a influência das tendências gerais de direitização da política burguesa. Foi muito importante para a consolidação do golpe que o PT fosse varrido eleitoralmente no pleito que ocorreu imediatamente à constituição do governo golpista. Caso contrário, poderia potencializar o “Fora, Temer!”, “Diretas Já!”, encabeçado pela Frente Brasil Popular.

As eleições são o campo político da burguesia. É preciso reafirmar constantemente essa premissa, uma vez que os partidos da ordem capitalista, as instituições do Estado e o aparato ideológico da burguesia tudo fazem para disfarçar e ocultar o caráter de classe da democracia e, portanto, de sua dominação. Está aí por que as explicações dos acontecimentos políticos são de classe. Não basta a explicação acima. Por si só, pouco valor tem para o entendimento do momento e o diagnóstico do futuro próximo. O PT sofreu uma derrota no âmbito da política burguesa. O mau desempenho eleitoral foi uma extensão do processo da Lava Jato e do impeachment. Essa é a evidência da superfície dos fatos. O que por si só já permite afirmar que se trata de uma derrota no campo da política burguesa. Mas o fundamental está em que o PT, por não ser historicamente um partido orgânico a burguesia, traiu as aspirações dos explorados ao governar para a burguesia e de acordo com os seus interesses de classe. A corrupção é consequência desse conteúdo de classe de sua política, não importando se é menos entreguista e mais complacente com a tragédia social dos explorados do que o PSDB, etc. Esse fundamento é decisivo no balanço da derrocada do PT. Impossibilita sustentar a fraude de que se tratou do embate entre “esquerda e direita”, entre “progressistas e reacionários”, entre um “projeto popular e um projeto elitista”.

Há sem dúvida distinção entre as políticas econômicas, mas são distinções no terreno da política burguesa e apenas de graus. São variantes da política de classe da burguesia. No momento em que a crise provocou perigosos desequilíbrios, entre eles o da queda do superávit primário, necessário para pagar a monumental carga de juros da dívida pública, a burguesia se uniu em torno dos velhos partidos oligárquicos, para derrubar o imprestável governo de Dilma Rousseff.

Não foi a classe operária, nem a maioria oprimida, que arrebenhou o governo petista, mas sim a burguesia e uma camada da classe média. No entanto, foi o governo petista que abriu fogo contra os explorados assumindo a política econômica calcada no “ajuste fiscal”,

voltada principalmente a proteger os interesses do capital financeiro. Nesse sentido, houve uma rejeição das massas aos candidatos do PT e uma debandada para os falsamente identificados como salvadores da Nação, dos empregos e dos salários.

Sem a presença de um partido revolucionário, enraizado no proletariado e dirigentes das lutas, e diante da presença de uma esquerda oportunista e raquítica, que muito mal se mascara de socialista, os explorados foram arrastados pelos seus piores e mais vis carrascos.

Sobre a base desses acontecimentos, o PT perdeu terreno entre as massas e dificilmente irá recuperá-lo em sua integridade. De qualquer maneira, não terá mais como disfarçar sua política burguesa, de respeito à grande propriedade capitalista, ao capital financeiro e ao imperialismo. Não se pode deduzir desses fatos que os explorados passaram a apoiar a política do PSDB, PMDB, DEM, etc. O mais preciso é afirmar que foram arrastados circunstancialmente pelos partidos golpistas em função da própria degenerescência do PT. Nada mudou

## Alvorço nas esquerdas

# Reflexo da crise do PT nas esquerdas

A derrocada do PT foi o grande acontecimento das eleições municipais. Era esperada uma queda, mas não tão catastrófica. Esse fato abalou o campo das esquerdas, assim qualificado genericamente e sem rigor na determinação de seu conteúdo de classe.

O principal aliado do PT, o estalinista PCdoB, parece satisfeito, saltou de 54 prefeituras conquistadas em 2012 para 80. Evidentemente, o seu governador Flávio Dino, no Maranhão, foi responsável pela eleição de 46 prefeitos no estado. Mas nem por isso o PCdoB deixou de posar como quem já pode aspirar ao lançamento de uma candidatura a presidente em 2018. Essa é a avaliação do deputado Orlando Silva.

O PDT, rebento do nacionalismo brizolista, também se inclui como esquerda. Esteve ao lado do PT contra o golpe. Aproveitou para anunciar a possível candidatura de Ciro Gomes à presidência. No passado não muito distante, o PSB, rebento do nacionalismo arraisiano, também era incluído como pertencente ao campo de esquerda. O rompimento de sua aliança com o PT e seu enfileiramento ao PSDB em torno do impeachment o colocaram no campo da direita, segundo a classificação a que nos referimos acima.

O PSOL, um rebento do reformismo petista, sai radiante das eleições. Chegar ao segundo turno no Rio de Janeiro, com possibilidade de vencer, é um grande feito, que deve ser comemorado pelos pessolistas. Mas o PSOL continua tão raquítico eleitoralmente como iniciou. A candidatura de Luiza Erundina em São Paulo foi desastrosa. Em Porto Alegre, não surpreendeu a relativamente boa votação recebida por Luciana Genro. O desempenho eleitoral em geral do PSOL, no entanto, foi pequeníssimo. Ocorre que o desmoronamento do PT acabou por destacá-lo como esquerda mais autêntica. Sem dúvida, terá em suas mãos um escabroso problema se Marcelo Freixo vencer Marcelo Crivella.

O PSTU ocupa o lugar de esquerda da esquerda. Sua presença nas eleições foi obscura. Retrocedeu em Natal, onde fez da eleição de Amanda, em 2012, o seu grande trunfo. A menina dos olhos do PSTU rompeu e saiu com a fração MAIS. Não foi eleita, apesar de ser a segunda mais votada, uma vez que dependia da aliança com o PSOL. O PSTU que possui um vereador em Belém já não conta nem mesmo com esse trunfo. É preciso assinalar que sua posição diante do impeachment de Dilma Rousseff e seu afastamento da frente com o PSOL precipitaram as divergências internas e a consequente cisão. O fundamental está que a esquerda da esquerda eleitoral não teve brilho

em suas vidas, mas mudará para pior com os ataques já planejados pela aliança PMDB, PSDB e DEM.

O “ajuste fiscal” será mais violento que o traçado por Dilma Rousseff. As reformas da previdência e a trabalhista precarizarão ainda mais a existência da maioria. A pobreza, miséria e fome avançarão. As massas apenas estão na posição de expectativa diante da nova situação. Sem dúvida, se chocarão com o novo governo.

Trata-se de a vanguarda fazer uma severa avaliação sobre as distorções e as falsificações que levam o oportunismo eleitoral e democratizante das esquerdas, cujo protótipo mais acabado se encontra no PT. Trata-se de se colocar por reordenar as forças de esquerda para marginalizar as direções oportunistas e fortalecer a construção do partido marxista-leninista-trotskista. Trata-se de empunhar as reivindicações mais sentidas pelos explorados e vinculá-las à luta por um governo operário e camponês, pela estratégia de poder próprio das massas, que é a ditadura de classe do proletariado.

algun.

O PCO é mais uma sigla, que procura se postar à esquerda do PSTU, do que propriamente um partido. No entanto, esteve a reboque da Frente Brasil Popular e se esmerou em expressar seu seguidismo ao PT. De ultraesquerda verbal, passou a esquerda oportunista prática. Sua presença, assim, foi imperceptível, embora tenha lançado mais candidatos do que em 2012.

Esse espectro das esquerdas que concorreram às eleições é imperfeito e tem muito de artificialismo quanto à conceituação geral. A desintegração do PT dá asas à imaginação. Há quem avalia que chegou a hora de fazer uma revisão, renovar a direção do PT, dar-lhe uma cara nova e recolocá-lo como pivô de uma frente de esquerda mais ampla possível. O apoio do PT ao PSOL, PDT e PCdoB no segundo turno e vice-versa seria o primeiro passo nesse sentido. Como se vê, a frente de esquerda almejada não é senão aquela que esteve na base do governo de Lula e Dilma, acrescida do PSOL que permaneceu sob as asas da Frente Brasil Popular em todo o processo de impeachment, embora tenha procurado manter a independência por meio da Frente Povo Sem Medo. A diferença está que o PT necessita agora mais de seus aliados do que estes dele. A sua crise interna é aguda e vai se agravar, caso não conte com Lula para as eleições presidenciais.

A questão da frente de esquerda, provavelmente, estará em discussão, tendo no horizonte as eleições de 2018. A experiência com a frente popular do PT demonstrou que leva à submissão perante alguma das frações da burguesia e finalmente à integração total aos seus interesses gerais, quando transformada em governo. Trata-se da frente de esquerda burguesa. Está aí por que para identificar o caráter de esquerda de um partido é preciso recorrer ao conteúdo de classe de sua política.

Os partidos da burguesia expressam frações distintas, interesses particulares conflitantes e assim variáveis políticas distintas. O que permite classificá-los de ultradireita, direita, centro, centro-esquerda e esquerda. Têm em comum que expressam sempre os interesses gerais da burguesia, portanto, de sua dominação de classe sobre o proletariado e a maioria nacional oprimida.

O PT teve a oportunidade de materializar a frente popular, chegando ao poder do Estado. Comprovou o que já havia sido comprovado em outros países, ou seja, que a frente popular é de conciliação de

classes e, portanto, de traição à classe operária. Há petistas que agora se referem à frente de esquerda em substituição à frente popular. Tal manobra não modifica o seu conteúdo de classe.

O PT se transformou em um partido burguês por sua política de classe. O PDT sempre foi burguês. O PCdoB é pequeno-burguês, tipicamente estalinista, embora procure se disfarçar. Tem ido às últimas consequências em sua submissão à política burguesa. O PSOL também é um partido pequeno-burguês reformista, porém, distinto do estalinismo. Pode-se dizer que se assemelha ao centrismo em geral (há várias diferenças na vida real dos partidos centristas, que exigem verificar o centrismo em particular). Está mais propenso ao reformismo pequeno-burguês. O PSTU é a organização de esquerda que mais expressa uma variante particular do centrismo: oscila entre o reformismo (o democratismo) e o marxismo. Está aí por que sua política exige maior homogeneidade que a do PSOL, que por enquanto se caracteriza mais pelo federativismo do que pelo centralismo. Dizemos por enquanto porque o federativismo para sobreviver acaba assumindo formas do centralismo burocrático.

A cisão no PSTU é consequência da crise interna do centrismo e assinala a crise geral do centrismo, em perspectiva. A fração que deu origem ao MAIS foi procurar oxigênio eleitoral na esquerda reformista. Está aí por que nas eleições confluiu com o PSOL. Não há lugar para tantas variantes do centrismo. Isso porque a sua energia política e seu avanço organizativo são obtidos com o progresso eleitoral e, portanto, com a aceitação por uma importante camada da pequena-burguesia urbana. No momento, esse caminho vem sendo preenchido pelo PSOL. Caso ganhe maior importância, passa a depender de alianças com o PT, PCdoB e mesmo com o PDT, e não tanto com o PSTU. Parece-nos que o terreno para uma frente de esquerda como a concebida pelos

## A esquerda revisionista nas eleições

Neste balanço sobre a participação das esquerdas nas eleições, concentramos a atenção nas correntes que têm como tronco o trotskismo. Entendemos ser necessário compreender criticamente tamanha fragmentação. Está aí por que deixamos de lado as que se prendem ao tronco do estalinismo, no caso mais visível o PCB e o PCdoB. As quatro primeiras correntes que iniciam o artigo integram o PSOL. A identidade do PSOL é dada pela confusa federação de agrupamentos, a maior parte são estilhaços do revisionismo do trotskismo (mandelistas e morenistas). Não por acaso o MRT, ex LER-QI, uma variante do morenismo, pediu abrigo ao PSOL. O MAIS que nasceu da recente cisão do PSTU caminha em sua direção. PCO nasceu sob a condução de PO da Argentina. Acabou rompendo com o altamirismo, sem mais nem menos. Esse quadro explica a necessidade de analisar e demonstrar as raízes de classe do revisionismo como parte da luta pela construção do partido marxista-leninista-trotskista e reconstrução do Partido Mundial da Revolução Socialista.

### MES: a via da democracia burguesa

A palavra de ordem *“Fortalecer o PSOL como a alternativa nas ruas e nas urnas”* foi fundamentada em seu conteúdo democratizante por Luciana Genro, em dezembro de 2015. Eis: *“Através de novas eleições”* é que *“o povo poderá expressar seu descontentamento de forma direta, sem a intermediação de políticos e partidos golpistas”*. Ou então o que declarou o seu secretariado nacional, em abril de 2016: *“O único cenário que permitiria garantir oxigênio para a política (...) seria um caminho novo, que colocaria um pouco mais perto do povo a decisão de quais escolhas devem ser feitas”*.

morenistas do PSTU se fecha ainda mais com a reordenação das forças da esquerda burguesa e pequeno-burguesa após o impeachment e a derrocada do PT nas eleições municipais.

A maior importância dessa crise política está em que permite à vanguarda acordar para o fato de que se definem mais claramente a política de classe dos partidos. Sem dúvida, a ausência do partido revolucionário no seio do proletariado dificulta imensamente aproveitar o fracasso do reformismo petista e a impotência das variantes do centrismo. Recorremos a essa constatação devido ao caráter embrionário do POR, de forma a indicar à vanguarda que se desprende da crise qual é a tarefa histórica que tem pela frente. Nota-se que nas eleições prevalecem as pressões para que se vote nas esquerdas. É o momento que o POR fica em desvantagem ao ter de defender o voto nulo, não por princípio, mas por contingência da situação.

O oportunismo eleitoral das esquerdas é tão agudo que inviabiliza uma frente revolucionária estabelecida no terreno da classe operária e da independência política. É bem possível que o PT apeado do poder procure reviver a frente popular sob a nova vestimenta. É muito atrativa à pequena burguesia radical a ideia de *“unidade das esquerdas”*, obviamente sem que esteja condicionada pela estratégia da revolução proletária. As eleições de 2018 possivelmente trarão mais obviedades dessa natureza.

A situação dramática do desemprego em alta, da queda da renda nacional das massas e da disparada do custo de vida exigirão dos explorados outro caminho, que é a unidade na ação e na organização coletiva em torno das bandeiras e reivindicações próprias. Está colocada a tarefa de desenvolver a tática da frente única sindical e popular em defesa da vida da maioria oprimida. É por meio desse combate que o proletariado poderá encarnar a frente única anti-imperialista.

A estratégia de *“novas eleições”* se baseou principalmente na possibilidade de usar a crise do PT para fortalecer eleitoralmente o PSOL. É o que se observa na afirmação de que Temer conseguia se empossar na presidência, porque *“a esmagadora maioria do povo não queria e não quer mais o governo do PT”*. Mesmo em face dos ataques que o governo usurpador começava a desfechar, para o MES *“o povo busca uma alternativa”*. Do que decorria a necessidade *“de um novo programa e de uma estratégia nova”*, uma vez que o PSOL comparceria *“com chances interessantes de catapultar o sentimento geral de estafa com os partidos afogados no pântano da corrupção”*.

A estratégia de fortalecimento eleitoral do PSOL só poderia se desenvolver na conjuntura das eleições que seguiam à consumação do golpe e como produto de novas eleições no marco da mesma democracia oligárquica e venal. Sob o véu da *“independência”*, a posição do MES favorecia ao golpismo.

### Unidade Socialista (US): fisiologismo eleitoral

Para US, o problema principal da conjuntura era que ainda não se tinha *“no PSOL uma alternativa política com suficiente enraizamento de massas para que possamos nos colocar de forma realista como alternativa de poder”*. O *“acúmulo”* de forças achava-se *“insuficientemente”* desenvolvido.

Certamente, não se trata da *“alternativa de poder”* como expressão do programa e estratégia revolucionários. No seu documento sobre as eleições, de 2015, se avalia que *“A disputa eleitoral de 2016 adquire um papel importantíssimo. É inegável o crescimento do PSOL como referência política de esquerda (...). Em cidades como Porto Alegre, Florianópolis, Rio de*

Janeiro, Recife, Fortaleza, Belém e Macapá temos a perspectiva de disputar o poder local (...)."

No entanto, era preciso ampliar as chances de "elegibilidade" do PSOL. De um lado, cooptando eleitoralmente aos que rompessem com o PT. E, de outro, não desconsiderando as alianças à esquerda. Eis: "Afirmamos a necessidade de construir alianças com os partidos que nacionalmente se colocam como oposição de esquerda, como o PSTU e PCB. Devemos também dialogar com os setores mais à esquerda dos partidos da base do governo que estejam em contradição. Movimentos como o "petistas com Freixo" devem ser estimulados onde possível".

Mas, não pára por aí. "Alianças para além destes marcos deverão ser tratadas como exceção e analisadas criteriosamente pelas direções estaduais e nacional. Vencer a disputa eleitoral em cidades de porte médio e grande e assumir as responsabilidades e riscos de sua gestão é fundamental para o PSOL passar a ser visto como alternativa concreta para o Brasil".

Uma "alternativa de poder" da esquerda que seja "elegível" passa, assim, por alargar as alianças até a expressões políticas da burguesia. De forma que, para a Unidade Socialista, o PSOL deve ampliar seu fisiologismo eleitoral de conteúdo burguês para poder chegar a ser uma alternativa de governo.

## LSR: "frente socialista"

Para Liberdade, Socialismo e Revolução (LSR) nada se podia esperar das instituições oligárquicas, já que a democracia "não era para valer". E que o avanço às medidas de ataques contra os explorados do governo Temer somente poderia "ser contido pela luta unificada da classe trabalhadora e do povo". A tarefa passava pela "defesa de uma política em que o povo deveria ter o poder de decidir sobre quem deve governar, ou seja, a convocação de novas eleições com regras realmente democráticas". Daí a necessidade de construir "uma alternativa política de esquerda e socialista em relação ao próprio PT e seus aliados diretos". Isto é, "uma Frente de Esquerda Socialista envolvendo o PSOL, PSTU, PCB, organizações socialistas (...) movimentos sociais classistas e combativos (...)".

Nas eleições, a Frente de Esquerda Socialista teria por objetivo "apresentar uma agenda alternativa" e "um programa de mudanças radicais". Porém, diferentemente da US e do MÊS, para a LSR, essa Frente se restringiria às coligações com a esquerda de raiz socialista, excetuando o PCdoB.

Trata-se esse de um apelo moralizante. Sob a palavra de ordem "Fora Temer! Eleições Gerais Já! Greve geral em defesa dos direitos!", a LSR de fato subordina "a luta nas ruas" à "luta nas urnas", caindo, assim, na mesma trincheira democratizante do MES e a US. Por outra parte, a "alternativa de poder" colocada por essas correntes, que se baseiam precisamente na possibilidade de desenvolver uma "agenda alternativa" e "mudanças radicais" nos marcos da democracia burguesa, é comum ao socialismo pequeno-burguês

## CST: máscara esquerdizante

A Corrente Socialista dos Trabalhadores (CST) apresentou a retórica mais esquerdista dentre todas as frações internas ao PSOL. Em tom de combate "principista" ao MES e à US, advogou que a estratégia fundamental para a etapa era a de "construir uma proposta focada na ação direta em meio a uma das maiores crises da república de 1988". E que, "por mais que tenha diferença entre os que defendem novas eleições presidenciais e eleições gerais", tratava-se apenas de "uma diferença quantitativa e não qualitativa". Isto é, "são duas propostas por dentro do atual regime e que, frente a grandes acontecimentos e mobilizações, servirão apenas para salvá-lo e relegitimá-lo".

Então, "Qual a saída que a esquerda deve apontar?" Resposta da CST: "Uma jornada de luta superior às Jornadas de Junho ou greves radicalizadas como as de 2014". Significa que a CST se colocou no campo da luta de classes e da tática leninista de denunciar a democracia burguesa e pas-

sou a defender a estratégia de poder próprio do proletariado? Absolutamente não!

A "estratégia" passava por construir "um terceiro campo político". Qual seria o objetivo? Pôr "para Fora Temer e todos os principais políticos do atual regime" e por em pé "um Governo da Esquerda, dos trabalhadores e do povo, que aplique um plano econômico alternativo que tenha como primeira medida suspender o pagamento da dívida pública". E qual a via para chegar ao "Governo dos Trabalhadores"? A CST nesse ponto não define uma formulação. Mas, a resposta se encontra nas eleições. E por quê? Porque as mobilizações, as greves e os combates ao governo Temer teriam por objetivo convocar uma "Assembleia Constituinte para reorganizar o país a serviço dos trabalhadores e do povo, com medidas anticapitalistas". Assim, finalmente, a retórica esquerdizante se transforma em política democratizante. Não por acaso é que uma "Assembleia Constituinte" é o produto de uma eleição nos marcos do regime democrático oligárquico.

Apesar da retórica, a política da CST é uma versão radicalizada das "Eleições Gerais". E essa via comparece cerceada e limitada pela constituição da Frente de Esquerda, cujo conteúdo e materialidade não são dados pela estratégia revolucionária de luta pelo poder. São dados pelas relações de força entre os aparelhos. Está aí por que a unidade da esquerda sacrificará no altar das eleições e das manobras aparelhistas a saída de "plenária sindical, popular e estudantil para discutir coletivamente uma saída operária e popular para a crise".

A CST conclui seu caminho de crítica abraçando a mesma estratégia democratizante dos criticados, embora percorrendo uma trilha mais longa. E que se resume na fórmula "Vamos com o PSOL! Um voto de protesto! (...) Para derrotar todos os partidos que governam atacando o povo".

## PSTU: radicalizar a democracia burguesa

O PSTU ergueu a bandeira de "Fora Todos! Eleições gerais" ainda em março. Acreditava que o alargamento da crise e a rejeição aos partidos golpistas poderiam abrir uma saída eleitoral antecipada. Nesse marco, a bandeira "Fora Todos! Eleições gerais" permitiria unir as correntes sob a estratégia da "alternativa de esquerda". Mas, a cisão organizativa (MAIS) e as divergências com o PSOL e satélites em torno da caracterização do impeachment e do tipo de aliança eleitoral, finalmente a inviabilizaram.

Livre das imposições do PSOL, o PSTU propagandeou seu programa sem nenhuma das condicionantes impostas pelos acordos burocráticos entre aparelhos de desigual peso eleitoral.

Sua "saída estratégica" passou por colocar as cidades sob o controle de "conselhos populares" e combiná-los com as instituições da burguesia. Segundo o PSTU, os Conselhos deviam ser reconhecidos "oficialmente como instâncias de deliberação política" e concentrar "mais poder do que a Câmara de Vereadores". Sob a consigna de "A Câmara deve se submeter aos Comitês Populares", o PSTU defendeu a combinação dos métodos e dos órgãos de luta do proletariado pelo seu próprio poder com os da ditadura capitalista.

No imediato, se tratava de avançar as "propostas emergenciais": "eleições gerais com novas regras", "mandatos revogáveis", que "nenhum político deve poder ganhar mais do que um operário ou uma professora", "Polícia Civil Unificada (...) radicalmente democratizada", "criar uma Lei de Responsabilidade Social", "prisão e o confisco dos bens dos políticos corruptos, e (...) corruptores", etc. Essas reivindicações destinam-se a incentivar as ilusões em camadas da classe média espantada pela corrupção, venalidade dos políticos, crise das instituições, impunidade e falta de perspectiva econômica.

O fundamental está em que o PSTU se subordinou à saída burguesa para a crise, expressa na bandeira de "Fora Temer! Eleições presidenciais já", apenas alargando a exigência de renovação de todos os cargos eletivos ("Fora Todos! Eleições Gerais Já!"). A "combinação" dos "conselhos

populares” com as instituições burguesas comparece como via para radicalizar a democracia.

## **MAIS: “oposição e proposição” democratizantes**

Com a bandeira “*Enfrentar a direita nas ruas e nas urnas*”, o MAIS fixou sua estratégia de unir as esquerdas em uma “Frente de Esquerda” eleitoral ampla. Tratava-se de evitar uma “*vitória expressiva de candidaturas da velha direita*”. Certamente, o cenário de desagregação política do PT, de descontentamento entre suas bases sociais, de inclinação à direita de camadas das classes médias urbanas e de estilhaçamento entre as esquerdas, o atemorizou. Uma frente ampla da esquerda poderia então parar a sangria eleitoral e reconquistar a “*confiança dos trabalhadores*” na esquerda.

Assim, defendia que o PSOL encabeçasse a “Frente de Esquerda”, concebida pelo MAIS como “espaço estratégico”, onde confluem os caminhos da “alternativa da esquerda”. Mas teria ainda de superar seu “espaço eleitoral minoritário”. O que exigia expressar eleitoralmente os sectores que rompiam com o PT (“*superar pela esquerda o petismo*”).

O programa eleitoral do MAIS centrou-se, portanto, na defesa de “propostas populares”, tais como as de acabar com os privilégios dos deputados e juízes; aumentar o número dos SUS; “*renegociar as dívidas dos Estados*”, sem medidas de austeridade; “*uma distribuição igualitária do ‘bolo tributário’*”; “*auditar as dívidas dos Estados e da União de forma transparente*”; “*orçamento participativo*”; etc.

Essas “propostas populares” não passaram de medidas que servem para maquiagem a democracia oligárquica e fortalecer a ilusão na possibilidade de reformar o capitalismo. São de fato as bandeiras de quem pretende democratizar o Estado e distribuir a renda “mais equitativamente”. O MAIS acaba assim sustentando o regime burguês, ainda que pela esquerda.

## **MRT: democracia “radical”, ponte para o “Governo dos Trabalhadores”**

Para os “neo-morenistas”, o problema fundamental das eleições se resumia em que se projetava “*um crescimento da população que declara que votará nulo, em branco ou simplesmente não votará*” e que “*são votantes que votavam no PT e se desiludiram com seus ataques*”, portanto, um setor a ser ganho.

Isso explica por que o MRT caracterizou – como todas as correntes revisionistas – que o único “voto útil” possível dos desiludidos com o PT era nas candidaturas da esquerda (PSOL, PCB e PSTU). O que colocava a necessidade de propagandear “*ideias simples que influenciem a milhares*” (variante das “*propostas emergenciais*” do PSTU ou das “*propostas populares*” do MAIS). Mas, fundamentalmente, criar uma “ponte” entre as ilusões democráticas e o “Governo dos Trabalhadores” por meio das consignas “*democráticas radicais*”: “*Assembleia Constituinte, radical, livre e soberana*”, imposta pela “*mobilização dos explorados*”. Essa é a saída estratégica à “*crise de representatividade*”.

Segundo o MRT, a “*Assembleia Constituinte, radical, livre e soberana*” acabaria “*com os privilégios dos políticos*”, garantiria aos negros o “*direito a se fazerem ouvir e a decidir sobre os destinos de suas vidas*”, imporia uma “*câmara única com representantes eleitos e revogáveis*”, assim como “*uma efetiva democratização dos meios de comunicação*” e a dissolução dos “*aparatos repressivos do estado*”, etc. Na defesa dessa proposta, recorreu à Comunidade do Paris. Mas, dela extraiu apenas as reivindicações que expressavam formalmente a democracia dos explorados (“*que todo funcionário eleito ganhe o salário médio de um operário, elegibilidade e revogabilidade de todas as funções públicas*”, etc.). Deixou de lado seu carácter de auto-organização dos explorados para exercer sua ditadura de classe sobre as ruínas do Estado burguês e de sua democracia.

O MRT tentou combinar o ponto alto da democracia burguesa

(Assembleia Constituinte) com os métodos da democracia operária que expressam o conteúdo de sua ditadura de classe. Está aí por que a “estratégia” da “*Assembleia Constituinte, radical, livre e soberana*” coloca ao MRT no mesmo campo teórico e político do PSTU, quanto à possibilidade de “aperfeiçoamento” da democracia burguesa.

## **PCO: eleições para legitimar a unidade frentista sob a hegemonia do PT**

Caracterizando que “*as eleições são um jogo de cartas marcadas*” e as “*imensas restrições impostas pela Justiça eleitoral*”, no marco do “*crescimento da direita*”, para o PCO “*seria um engano e uma traição alimentar as ilusões no Parlamento e na via eleitoral*”. Portanto, as eleições deviam “*ampliar a luta e a mobilização contra o golpe de Estado da direita*” usando-as como tribuna para “*chamar a população a se mobilizar e participar da luta contra o golpe de Estado*” e derrotar a direita.

Essa foi a orientação da 25ª Conferência Nacional, que resolveu que “*todos os candidatos do PCO terão como centro de sua campanha eleitoral a luta contra o golpe de Estado em marcha no País*”. De forma que todos seus candidatos assinaram “*um termo de compromisso*” com a “*obrigatoriedade de defender a pauta aprovada*”. Não podiam, portanto, apoiar outros candidatos e partidos. Destacamos esse aspecto porque é bem provável que o longo percurso de parasitismo e seguidíssimo ao PT poderiam levar alguns candidatos ao “voto útil” nos petistas. Digamos de passagem que é tão avançado o grau de decomposição que um contrato se coloca no lugar da disciplina consciente e das convicções.

O fundamental, porém, está em que, apesar de declarar que “*o fator essencial não é o voto*”, mas “*a mobilização das amplas massas para derrotar os golpistas*”, o PCO não realizou uma campanha revolucionária nas eleições. Dizemos isto porque trocou a defesa da estratégia da revolução e ditadura proletárias por uma campanha ao redor de um chamado encoberto à submissão dos explorados ao frentismo hegemônico pelo PT. Por quê? Porque toda a trajetória do PCO levou à defesa da “*mobilização contra o golpe de Estado da direita*”, sob o guarda-chuva da Frente Brasil Popular. É o que explica o fato de centralizar sua campanha eleitoral na bandeira de voto nos seus candidatos contra o golpe. Está aí por que denunciar a democracia burguesa e não defender a estratégia do proletariado e seus métodos de luta de classes resulta em impostura.

## **O Trabalho: submissão ao PT**

A corrente lambertista foi a única entre as revisionistas do trotskismo que defendeu o voto no PT (“*Em defesa de Lula e do PT*”). Evidentemente, é tão profundo o grau de assimilação pelo “O Trabalho” do nacional-reformismo que há muito os lambertistas se enfiaram na camisa de força da democracia e de um partido defensor da propriedade privada. Não é, como tenta nos fazer crer, uma defesa da “*nação, da democracia e dos trabalhadores*”. Ao defender o PT e seus candidatos, os revisionistas se comprometem com a corrupção petista e com a traição à classe operária.

## **Frente de Esquerda em farrapos**

As críticas ao PSOL por diversas correntes não modificaram, no entanto, seu “carácter estratégico” para a construção da ainda almejada “Frente de Esquerda”. O que explica por que diversas correntes convocaram apoiar todas as candidaturas da esquerda, fundamentalmente às PSOL nos municípios onde não apresentavam candidatos próprios ou era prioritário “derrotar a direita”, uma vez que a esquerda tinha ampla possibilidade de ser eleita (Rio de Janeiro).

Porém, a cada eleição esse “espaço estratégico” comparece como uma forma de adaptação ao democratismo burguês. Rapidamente, se revelam as graves limitações e contradições desse “voto útil”, que in-

centivou o eleitoralismo e a hipocrisia reformista de importantes candidaturas. É o caso da candidatura do Procurador Marcus, em Cuiabá, que defendeu abertamente a criminalização do aborto. Ou de Luciana Genro, que defendeu as Parecerias Público-Privadas (PPPs) e o “direito ao lucro”, sempre que “fiscalizados” e que seus benefícios “voltam à sociedade”, ou até a terceirização e a Lei de Responsabilidade Fiscal. Nessas condições, algumas correntes optaram por votar apenas em seus candidatos e chamar o voto nulo para alguns cargos executivos; a exemplo do que fez o MRT no Rio de Janeiro.

Basta também aqui observar que o PSOL registrou 589 candidatos em todo o país, das quais 375 (63,66%) foram sem coligações e 214 com coligações (36,33%). Delas, 61 são com o PT (10%), 43 com o PSB e 39 com o PCdoB. No Rio de Janeiro, se socorreu da REDE. E até o dia 24 de setembro, o PSOL achava-se coligado com o DEM e o PP em 28 prefeituras, com o PMDB em outros 27 municípios e com o PSDB em mais 21.

A coligação com a REDE, PP, PT e PCdoB - fossem ou não confirmadas e levadas à frente - indicou uma tendência de adaptação do PSOL ao “jogo de cartas marcadas” da democracia burguesa, que tanto os reformistas criticaram no passado. De forma que a Frente de Esquerda almejada por revisionistas de todas as cores se torno um beco sem saída.

Evidentemente, a responsabilidade desse processo não cabe apenas ao PSOL. Os revisionistas do trotskismo aprofundaram a via dos acordos sem princípios, as coligações oportunistas e a ausência de uma coesão programática mínima. As diversas variações da tática oportunista de “unidade nas ruas e nas urnas” para derrotar a direita se manifestaram como divisionismo aparelhista. E a almejada Frente de Esquerda saiu das eleições em farrapos.

## Conclusões

O essencial está em que a classe operária ainda não conta com um poderoso partido revolucionário. De forma que não se impôs com seu

programa e sua política diante das gigantescas barreiras, com as quais a burguesia resguarda a democracia oligárquica e garante sua ditadura de minoria exploradora contra a maioria explorada.

As inúmeras correntes que se postulam socialistas, comunistas, não intervêm nas eleições com a estratégia da revolução proletária. Não o fazem porque não se constituem como partido marxista-leninista-trotskista, que, como tal, se estrutura em torno da estratégia da ditadura do proletariado e atua no seio dos explorados com as reivindicações e a tática da ação direta. A coluna vertebral de suas políticas tem em comum as eleições como meio de construção entre os oprimidos da pequena-burguesia urbana.

Nota-se pela exposição que têm em comum o democratismo pequeno-burguês, mais ou menos radical. Eram para estar unidas em um só partido centrista, mas se digladiam em torno da tática da frente de esquerda, das alianças eleitorais e de algumas bandeiras conjunturais.

O revisionismo que desintegrou a IV Internacional e estilhou as correntes que a sustentavam continua operando como uma força centrífuga. No fundo, expressam a incapacidade de aplicarem o Programa de Transição nas particularidades de cada país e trabalharem pacientemente no seio do proletariado, sob a estratégia internacionalista da revolução mundial. Isso explica a pulverização de tantas correntes oportunistas e parasitárias de aparatos centristas.

Nas eleições, apresentam-se de corpo inteiro e expõem sua face verdadeira. Não por acaso, o PSOL é o centro de atenção da maioria dessas correntes revisionistas, seja para se abrigar em suas entranhas parasitariamente, seja para torná-lo o pivô da política eleitoral-frentista.

O POR entende que as ilusões democráticas que imperam entre as massas e as condições da luta de classes exigem intervir nas eleições com o programa revolucionário. Não tendo como romper os obstáculos da legalização e em não havendo uma frente revolucionária, manteve sua posição de voto nulo em defesa da construção do partido marxista-leninista-trotskista.

## Eleições no RN: prefeituras garantem o controle das oligarquias locais e regionais. Trabalhadores se mostraram distantes do processo eleitoral.

As eleições municipais de 2016 acontecem em um momento de profunda crise econômica, implementação de medidas de ataques aos trabalhadores e em plena comprovação de que nesse processo eleitoral o que é determinante é o poder econômico.

O alto endividamento dos municípios, diminuição nas receitas como FPM (Fundo de Participação Municipal), aprofundamento da crise na saúde e educação, avanço da violência, nada disso tem servido de impedimento para as disputas entre os grupos capitalistas, que mantiveram suas campanhas à custa de muito dinheiro e apoio de grandes grupos econômicos.

No Rio Grande do Norte, várias prefeituras tiveram queda nos repasses e muitas outras chegaram a ter seus repasses zerados pela União. A dívida pública dos estados só tem se avolumado e o que temos visto são prefeitos atrasando salários, pagando parcelado, postos de saúde sem funcionamento por falta de médicos e medicamentos, ameaças de demissões de servidores já efetivos, medidas que só têm recaído contra os trabalhadores e a população que usa os serviços públicos.

Na primeira eleição após o golpe, as oligarquias do RN e todos os segmentos que compõem o ordenamento do Estado burguês (mídia, justiça) se dedicaram a convencer a população da importância do voto como instrumento da “vontade popular” nas decisões do Estado capitalista. Apesar de todo esforço dos aparatos da burguesia, as massas não se empolgaram com o processo eleitoral, como

demostra o quadro abaixo:

	Aptos a votar	Abstenção/nulos/brancos	Votantes
<b>Região Metropolitana</b>	947.245	269.104	678.141
<b>Mossoró</b>	167.120	35.132	131.988
<b>Total</b>	1.114.365	304.236	810.129

A Região Metropolitana concentra mais de 43% da população do RN e Mossoró é o segundo colégio eleitoral do estado. Um total expressivo de quase 28% dos eleitores não optaram por nenhuma das candidaturas. Mesmo sendo um processo desmoralizado perante uma parcela dos oprimidos, evidentemente a burguesia continua a exercer influência política. Está aí o limite da rejeição das camadas populares que se abstiveram, ou votaram em branco e nulo. O papel do Estado e das oligarquias é determinante nesse processo. O controle se distribui em partidos como DEM, PMDB, PSDB e PSD. As oligarquias se dividem entre Alves, Rosado e Maías. Nota-se que houve um crescimento do PSD (do governo Robinson), de 22 prefeituras para 51, PSDB aumentou de 3 para 10, PT diminuiu de 6 para 2, o PCdoB foi eleito em três cidades, inclusive com apoio do DEM. O DEM e PMDB diminuíram, no entanto, estão em alianças com outros partidos, garantindo o controle pelas oligarquias.

Todo tipo de jogatina valeu para garantir aos caudilhos locais e regionais a manutenção de seus interesses. Não ficaram de fora as

alianças do PSOL com DEM, PSDB, PMDB e até mesmo partidos sem expressão nacional, mas que congregam oligarquias locais. Isso garantiu ao PSOL duas prefeituras no RN. A completa adaptação do PSOL ao pântano eleitoral lhe rendeu em Natal 17 mil votos, garantindo a manutenção de uma vaga na Câmara. Repetimos que os estalinistas do PCdoB contaram com apoio do DEM.

Foi neste contexto que tanto os partidos burgueses quanto os reformistas pequeno-burgueses e pseudotrotskistas se entrelaçaram numa política eleitoral que alimenta as ilusões democráticas de que através do voto é possível resolver as mazelas sociais. A negação de que o município é uma parte da unidade da economia capitalista é expressão da demagogia de todo processo eleitoral.

Todas as candidaturas, mesmo às mais à esquerda, colocaram a crise apenas como uma mera questão administrativa. Candidaturas como as do PSOL e PSTU não conseguiram ser diferentes: as propostas de taxação de impostos dos mais ricos, aumento de recursos para investir em saúde e educação, fim do analfabetismo em quatro anos, redução dos salários dos políticos para investir nas áreas sociais, etc. tentaram demonstrar que tudo se resolverá com uma política administrativa correta.

Os morenistas do PSTU chegaram a afirmar que precisavam “disputar por dentro”, por isso era necessário eleger suas candidaturas. Essa justificativa era dada pelos petistas inicialmente e comprovou-se a farsa. A participação dos pseudotrotskistas no processo eleitoral faz parte da adaptação esquerdista à democracia burguesa. A adaptação do mandato de Amanda Gurgel ao jogo da Câmara Municipal clarifica e atesta nossas críticas ao democratismo de esquerda.

A participação dos revolucionários neste processo expressa a estratégia de destruição do Estado burguês e da ordem capitalista. Trata-se de levar as massas a romper com o engodo da democracia burguesa. O processo eleitoral e atuação no parlamento deverão servir para fortalecer a luta pela independência de classe e a constituição das mobilizações a partir das reivindicações dos trabalhadores. Todo empenho da militância nestes 45 dias de campanha deveria ser mantido agora numa atuação nos bairros (agora não mais para pedir votos), mobilização nas portas de fábricas (agora sem santinhos), construção da greve nas categorias (agora sem chamar votos nas candidaturas “de luta”).

## **Amanda Gurgel/MAIS não consegue reeleição do “mandato socialista”.**

Nas eleições de 2012, Amanda Gurgel conseguiu 32 mil votos, garantindo sua eleição e de mais dois vereadores pelo PSOL, já que na época firmaram aliança. Recém militante do PSTU, Amanda Gurgel propagava que seu mandato seria socialista. Outros militantes chegaram a declarar em entrevistas que a votação era expressão de uma tendência socialista das massas. Nada mais falso.

O POR chegou a aprovar uma resolução na sua Conferência Nordeste em 2013 que é importante reescrever aqui: 3. *O POR não trabalhará pela derrota do mandato parlamentar do PSTU, mas exporá sua inconsequência (não convocação das massas e sua organização para defender suas condições de vida); 4. O POR apoiará as mobilizações de massa, que surjam em torno de algum projeto apresentado; 5. O POR defenderá o controle do mandato parlamentar do PSTU por plenárias convocadas em assembleias de bairro; 6. O POR defende que os parlamentares recebam um salário equivalente à média salarial nacional dos explorados.*

Os quatro anos do mandato de Amanda Gurgel foram completamente distantes de uma candidatura revolucionária. Uma experiência que deixou todo o PSTU embriagado com a possibilidade de crescimento parlamentar, caminho antes trilhado pelo PT. Rodeada de assessores do PSTU, Amanda pretendia construir uma trincheira de luta na Câmara Municipal, um local que não passa de covil de

cobras criadas.

Com uma equipe vinda de outros estados, Amanda comparecia nas assembleias, atos públicos e greves posando para os holofotes das câmeras, para em seguida divulgar nas redes sociais. Estava distante de um mandato socialista entroncado com as massas e que servisse para desmascarar e quebrar as ilusões no parlamento burguês. Chegou por várias vezes a festejar quando conseguia aprovar nas sessões moções de repúdio, solidariedade ou até mesmo audiência públicas. Moções cuja única serventia foi a de propagar as ilusões na legislatura.

Nada melhor do que as experiências na luta política. Assim, destacamos alguns projetos, dos 23 apresentados, que conseguiram aprovação: a) divulgação das vagas e lista de espera das escolas da rede municipal; b) cartão vermelho para a exploração sexual; c) dia do cordelista; d) título de cidadão natalense a um cordelista; e) projeto cuscuz alegado (direito dos professores comerem da merenda). Nenhum deles serviu para levar as massas oprimidas a lutar e se confrontar com o governo opressor, portanto reforça a crença no parlamento corrupto. Projetos como Passe livre estudantil, que exigia uma ampla mobilização e pressão das massas, acabaram sendo vetados e outros que também demandavam usar recursos financeiros continuam em “tramitação”, até quando não se sabe. Outros eram a expressão da demagogia dos morenistas como “que todo político ganhe igual a uma professora”.

Como se vê, os vereadores, que em sua maioria foram eleitos com o financiamento dos grandes grupos oligárquicos de Natal, não se sentiram incomodados com o “mandato socialista” de Amanda.

## **Campanha de 2016**

O PSTU compareceu nesta campanha em crise. “Emprestar” a legenda para o MAIS contava também com a possibilidade de lhe garantir uma cadeira na câmara municipal. Para garantir sua reeleição, Amanda fez uma campanha que não se diferenciou demais candidatos: eram enormes bandeiras com sua foto, distribuição de santinhos, e fotos pagas em jornais de grande circulação na cidade. A campanha contou com o apoio de um setor da pequena burguesia. Jantares de apoio à candidatura foram feitos em hotéis distantes das massas.

Como militante do MAIS, Amanda fez uma campanha separada do PSTU, mesmo usando a legenda do partido. Sabia que enfrentaria uma legislação eleitoral que exigia em torno de 15 mil votos. O MAIS também usou a tática de deslocar pessoas de outras regiões para “militar” na campanha para eleger a “mulher lutadora e guerreira” e o chamado era: “não deixe ela de fora da Câmara”. Já o PSTU usava o discurso de que era preciso, além de eleger Amanda, conseguir mais votos para eleger também um do PSTU. O resultado frustrou não só o MAIS, que o caracterizou como um absurdo e uma injustiça, como também o PSTU, que acreditava numa votação expressiva que pudesse beneficiá-lo. Mesmo sendo a segunda mais votada, com 8 mil votos, é necessário destacar que em 2012 esse montante foi quatro vezes maior.

Após as eleições, Amanda fez um balanço que travou uma luta no campo inimigo, que é a eleição burguesa e criticou a forma dos grupos comprarem votos nas periferias, se aproveitando da necessidade das famílias para comprar o leite e como buscavam desmoralizar seu mandato. Isso não é nenhuma novidade. No entanto, é preciso ser feito um balanço da ausência do mandato nesses mesmos bairros durante seus quatro anos, para discutir suas pautas de reivindicações. Construir instrumentos que colocassem a luta nas mãos dos oprimidos, através dos métodos da ação direta. Pautas importantes como transporte, moradia, educação, saúde pública, combate às chacinhas nos bairros, foram levantadas apenas nas sessões na câmara municipal para uma corja de ladrões que pouco interesse tinha em ouvir suas denúncias. A

defesa de constituição de comitês nos bairros para sustentar o mandato de Amanda foi feita acertadamente pelo POR no primeiro seminário convocado pelo mandato. Comprovadamente, o mandato limitou-se a belas propagandas e divulgação de vídeo nas redes sociais, sem que se soldassem às lutas e reivindicações da maioria explorada.

## Conclusão

O fundamental dessa experiência está em que não há atalho para construir o partido revolucionário. A ideia de que o fortalecimento eleitoral, por si, impulsiona a vanguarda militante é um mal de origem da esquerda reformista e centrada. É exatamente o contrário: a organização do partido no combate das massas e a sua educação em não confiar na democracia burguesa é que permitem uma intervenção classista nas eleições e a aproximação de uma camada operária pela

via da estratégia revolucionária.

O crescimento eleitoral de um partido de esquerda deve ser medido pela penetração do programa da revolução proletária em seu seio dos explorados e não pelo número de votos ou candidatos eleitos. Não há melhor ensinamento que o leninismo a respeito. A tática eleitoral deve estar subordinada ao programa revolucionário e ao método da ação direta, bem como à organização coletiva e independente dos explorados.

A orientação que prescreve maior democratismo e maior diluição da luta socialista para se aproximar eleitoralmente das massas é oposta ao leninismo. O oportunismo deforma a vida política da vanguarda. O caso de Amanda deveria servir de bom ensinamento. As alianças do PSOL com partidos da burguesia deveriam alertar para os perigos do reformismo pequeno-burguês.

## Paraíba - Eleições Municipais na Paraíba

A disputa pelas prefeituras na Paraíba travou-se, fundamentalmente, entre a oligarquia comandada pelo senador Cássio Cunha Lima (PSDB) e pelo atual governador Ricardo Coutinho (PSB). Coutinho é oriundo do sindicalismo, foi apoiado pelos Cunha Lima em seu primeiro mandato e, mesmo após o rompimento, conseguiu se reeleger. Seu enfraquecimento relativo se fez sentir agora nas eleições municipais. Seu partido, que governava 57 cidades, teve seus prefeitos reduzidos para 53, sendo a maioria dos casos em pequenos municípios, perdendo cidades de médio porte, como Bayeux e Cajazeiras.

Das 20 maiores cidades, a oposição, ligada direta ou indiretamente à oligarquia dos Cunha Lima, elegeu 14 prefeitos. Em João Pessoa, Luciano Cartaxo (PSD), que abandonou o PT no ano passado, se reelegeu com seu apoio. Da mesma forma, Romero Rodrigues (PSDB), primo de Cássio, foi reconduzido à prefeitura, vencendo o atual deputado federal e ex-prefeito Veneziano Vital do Rego (PMDB), membro de uma importante oligarquia da cidade, que retirou seu apoio ao PT durante a condução do golpe parlamentar. Seu irmão, o ex-senador e atual ministro do TCU, Vital do Rego, havia sido um dos principais porta-vozes de Dilma Rousseff no estado. Outro político tradicional, que rivaliza com Cássio Cunha Lima, é o senador José Maranhão (PMDB), com maior influência no litoral. Cunha Lima domina o agreste e sertão paraibanos. Maranhão também foi um aliado do governo deposto, e, assim como os Vital do Rego, rompeu com o PT em meio ao processo de impeachment. Seu partido elegeu 31 prefeitos (27 a menos em relação à eleição passada).

Outras cidades importantes em que o PSDB saiu vitorioso foram Santa Rita, Patos e Guarabira – nesta última com o apoio do PCdoB. No geral, elegeu 36 prefeitos (seis a mais que em 2012). O PSD, do prefeito recém-egresso de João Pessoa e do deputado federal Romulo Gouveia, também se fortaleceu, abocanhando 10 prefeituras a mais, passando a ter 26 prefeitos.

O maior derrotado foi o PT, que vem sendo isolado pelas oligarquias. Perdeu cinco prefeituras e concluiu com apenas um prefeito. A Paraíba, como todo Nordeste, segue a tendência geral de enfraquecimento do PT, a partir da perda do apoio que parte das oligarquias outrora lhe deu. Na região, elegeu 114 prefeitos, contra 183 eleitos, em 2012. Das cinco capitais nordestinas em que o PT lançou candidatura própria, foi derrotado em quatro (Fortaleza, Natal, João Pessoa e Macaíó) e em Recife disputa o segundo turno. Nos estados em que os petistas governam, como Bahia e Ceará, também saíram derrotados nas eleições municipais, perdendo 53 e 11 prefeituras, respectivamente.

Observa-se que a retomada de posições políticas pela oligarquia é fruto da própria política do PT, que não apenas foi incapaz de combatê-la como procurou dela manter boa vizinhança. Não se deu um só passo na questão agrária, tão importante na Paraíba e em todo o Nordeste, marcado pelo velho latifúndio, pela penetração da agroindústria e pelas extremas dificuldades enfrentadas pela economia familiar. Evidentemente, a política estadual e municipal do PT corresponde à política geral do reformismo impotente. Há que se frisar a política do PCdoB de apoio a candidatos da oligarquia. Está aí por que os estalinistas foram fiéis aliados dos governistas.

## Balanço das eleições municipais em Fortaleza

O candidato ligado às oligarquias cearenses, como a família Ferreira Gomes, que apoiou o atual prefeito de Fortaleza Roberto Cláudio (PDT), vai enfrentar o deputado estadual Capitão Wagner (PR), que tem sido amparado pelos mafiosos burgueses, como Tasso Jereissati (PSDB) e o Eunício Oliveira (PMDB). Assim sendo, eles vão disputar o segundo turno da disputa pela Prefeitura de Fortaleza, pois obtiveram respectivamente 40,81% e 31,15%, dos votos válidos.

Já a ex-prefeita de Fortaleza, Luizianne Lins (PT), conseguiu a terceira colocação, mesmo tendo o reforço do caudilho Lula, com 15,06%. Em quarto lugar, ficou o deputado estadual Heitor Férrer, com 7,04%, seguido de Ronaldo Martins (PRB), candidato da Igreja Universal, com 4,02%. O reformista do João Alfredo (PSol/PBC),

com 1,40%, e Tin Gomes (PHS), com 0,36%. O morenista Francisco Gonzaga (PSTU) teve 0,17% dos votos.

A taxa de abstenção foi de 17,04%. Os votos brancos e nulos alcançaram 8,38%. Sendo que foram 35.443 votos brancos (2,52%) e 82.342 nulos (5,86%).

A queda do PT em Fortaleza indicou a profundidade de sua crise nacional. O governador do estado e a direção do PT não pretendiam uma candidatura própria. Havia uma propensão em estabelecer uma aliança com o PDT e assim retribuir o apoio da família Ferreira Gomes por ter se colocado ao lado de Dilma Rousseff contra o impeachment. Ciro Gomes chegou a denunciar Michel Temer como chefe da conspiração golpista. A decisão do diretório do Ceará em lançar Luizianne Lins acabou por contar com apoio de Lula,

que compareceu ao lançamento da campanha. Ficou evidente, no entanto, o boicote do governador Camilo Santana. Certamente, a baixa votação obtida por Luizianne aprofundará a crise do PT no estado.

É bom lembrar que a primeira candidatura eleita em uma capital foi a de Maria Luiza Fontenele, em 15 de novembro de 1985. Derrotou o poderoso oligarca Paes de Andrade, do PMDB. No entanto, mal conseguiu administrar a prefeitura de Fortaleza, mergulhada em dívidas e envolvida por greves e protestos. Fontenele acabou rompendo com o PT e foi expulsa. Luizianne Lins, produto da esquerda reformista, recuperou o terreno se elegendo por dois mandatos consecutivos. Foi reeleita em 2008 no 1º turno com 50,16% dos votos. Esse percurso indica a forte presença do PT no estado, principalmente em Fortaleza. Essa posição já não se sustenta. É bem possível que a derrota de Luizianne para o terceiro mandato sinalize a degradação crescente do PT no estado e em

## Rondônia

# Balanco das eleições em Porto Velho

A eleição municipal para prefeito em Porto Velho foi uma disputa acirrada entre sete candidatos, dentre eles, Roberto Sobrinho/PT, Mauro Nazif/PSB, Léo Morais/PTB, Ribamar Araújo/PR, Wilhames Pimentel/PMDB, Hildon Chaves/PSDB e Pimenta de Rondônia/PSOL.

Roberto Sobrinho/PT despontava com 22% das intenções de votos na primeira pesquisa. No decorrer foi caindo nos percentuais em função dos seus adversários chamarem a atenção dos eleitores para o fato de Roberto não ter terminado o mandato em 2012, acusado de corrupção com assessores e diversos secretários presos. Mesmo em campanha, respondia processos e aguardava decisão da justiça de cassação de sua candidatura. Nos últimos dias que antecederam a eleição, saiu a decisão de que, se eleito, não iria assumir a prefeitura.

Mauro Nazif/PSB, atual prefeito, empatou com Léo Morais/PTB até o dia da eleição, enquanto que Hildon/PSDB permaneceu na disputa em quinta colocação. Os resultados nas urnas confirmaram o contrário, dos 319.939 mil votos, Hildon ficou em primeiro lugar com 57.954 votos, 27,20% do total. Léo Morais obteve 55.656 votos, 26,12% do total.

7.213 votaram brancos, 2,77% do total; 40.018 anularam o voto, 15,37% do total; e 39.613 se abstiveram. Como se vê, somente os votos nulos ultrapassaram as abstenções. A soma de nulos, brancos e abstenções demonstra o descontentamento dos eleitores e a repulsa à propaganda dos candidatos de serem capazes de dar conta do atendimento das necessidades das massas.

Rondônia foi um dos estados em que os explorados mais rejeitaram o circo eleitoral da burguesia. Ocupou o segundo lugar, depois do Rio de Janeiro.

## ELEIÇÕES LONDRINA

Londrina elegeu o novo prefeito, logo no primeiro turno. Novamente, um integrante da família Belinati irá comandar a prefeitura. Marcelo Belinati (PP) venceu com folga do segundo colocado, Valter Orsi (PSDB).

Há de se lembrar que Antônio Belinati teve seu registro de candidatura negado em 2008 e foi cassado em 2000, enfrenta dezenas de processos civis e criminais, porém nunca foi condenado em nenhuma das instâncias. Hoje, seu sobrinho, Marcelo Belinati, irá assumir a prefeitura da segunda maior cidade do Paraná.

A soma dos votos do terceiro ao oitavo candidato não expressam

nível nacional.

O candidato do PSOL, por sua vez, pouco aproveitou do descenso do PT. Era a candidatura de esquerda que poderia melhor capitalizar. A escassa votação recebida pelo PSTU era esperada. Não apenas porque não tem estrutura partidária ou porque sua adaptação ao democratismo não sensibilizou as camadas mais politizadas da pequena burguesia, mas porque disputou no mesmo terreno que o PSOL. A concentração de votos nos dois partidos burgueses seguiu a tendência nacional de quebra do PT, avanço do PSDB, manutenção da hegemonia municipal do PMDB e aproveitamento dos demais partidos burgueses, entre eles o próprio PDT.

É visível e reconhecida a importância do estado do Ceará para o PT. Destaca-se na história de sua implantação. Um balanço mais acabado deve ser realizado. Cabe ao POR cumprir essa tarefa. A luta pela construção do partido marxista-leninista-trotskista passa inevitavelmente pela experiência do reformismo petista.

A mídia tenta justificar as abstenções e convencer as massas quanto às motivações. Explica que a estatística é falha, pois a razão para o não comparecimento poderia ser atribuída àqueles que faleceram, etc. E que o Tribunal não conta com um banco de dados atualizados. Ainda que haja distorções, não invalida o fato de que também expressa a desconfiança e o repúdio de parte da população às mentiras da política burguesa.

As eleições municipais em todo o País serviram para os partidos dos exploradores se prepararem para ir fundo ao ataque da vida das massas. Os maiores vencedores locais estão em consonância com a burguesia nacional e com o governo golpista de Temer. É o que se deve esperar do segundo turno em Porto Velho. Qualquer um que vença servirá auxiliar na aplicação das medidas antinacionais e antipopulares, voltada a atender aos anseios dos capitalistas de manter seus lucros.

Não por acaso, Léo Morais, que já foi vereador e é deputado estadual, representa os interesses dos latifundiários e do agronegócio. Por trás está o seu padrinho Ivo Cassol/PP, homem da oligarquia regional. Hildon Chaves, candidato pela primeira vez, representa os empresários das redes de ensino privado e das indústrias locais e tem como padrinho Expedito Junior/PSDB.

Os oprimidos aprendem com a experiência própria. Mas é fundamental a presença do partido para coletivizar e generalizar a experiência por meio do programa revolucionário, da defesa das reivindicações das massas e da denúncia dos vínculos de classe dos partidos e candidatos. A defesa do voto nulo pelo POR tem cumprido esse objetivo.

um terço dos votos destinados ao prefeito eleito. Candidaturas de pequeno-burgueses travestidos de esquerda, como as do PT e o P-SOL, juntas somaram apenas 7713 votos.

A câmara de vereadores, por seu turno, teve uma renovação geral. Todos os candidatos eleitos nunca foram vereadores ou não eram nas eleições passadas. A direitização do legislativo da cidade, no entanto, é perceptível. Dos 11 vereadores eleitos, pelo menos três têm ligação com igrejas, outros delas dependeram para se eleger. Não faltam os demagogos que se prontificaram a doar seus salários ao hospital do câncer de Londrina.

Felipe Barros (PRB) é um exemplo da ascensão da direita no município. O mais novo vereador eleito, que já foi presidente do DCE-UEL, se elegeu defendendo a luta contra a “propagação da ideologia de gênero nas escolas”, contra a “doutrinação política e ideológica” dos professores. Fez de sua campanha empunhado o obscurantista projeto “Escola Sem Partido” da direita religiosa. Essa é a cara do novo corpo legislativo que ocupa a política burguesa no município de Londrina.

É sintomático que a guinada à direita refletiu o golpe contra Dilma Rousseff. A incapacidade do PT de combater o grande capital e as oligarquias abriu caminho à reação. Em Londrina, como em todo o estado do Paraná, os representantes mais direitistas dos partidos burgueses se colocaram como alternativa salvadora diante da falência do reformismo.

Nada de bom se pode esperar das eleições à classe operária e aos demais explorados. O voto, de fato, expressa a disputa entre os partidos da burguesia. Somente a presença de um poderoso partido da classe operária tem como utilizar as eleições para demonstrar que por meio delas não se mudam as condições de brutal exploração capitalista. Ensinar aos oprimidos, por meio da luta eleitoral contra os partidos da burguesia, a confiar nos seus métodos próprios de combate, na sua organização independente e nas reivindicações que de fato se opõem à pobreza, miséria e fome. O POR utilizou a defesa do voto nulo para expor essa linha político-programática.

## Votos brancos e nulos

25,19%, ou seja, 88.891 dos eleitores, não votaram em prefeito nas eleições de 2016 e 97.867 eleitores não votaram em ninguém para ve-

## Balanço das Eleições Municipais de 2016 no Litoral Norte de SP

Nenhum município do Litoral Norte de São Paulo possui mais de 200.000 eleitores, inexistindo, portanto, segundo turno na região.

### Ilhabela

Ilhabela contou com nove candidatos a prefeito. A candidata Lídia (PPS) – secretária de educação indicada pelo atual coronel Toninho Colucci, foi diretamente responsável pela demissão dos professores grevistas em 2012 – ficou em segundo lugar com 5.512 votos (30,75%). Venceu Márcio Tenório (PMDB) com 7.917 votos (44,16%). Ademir da Rádio (PSOL) teve 126 votos, Anselmo (PT) teve 68 e o PCdoB se coligou com o PPS. Anularam o voto 585 eleitores.

### São Sebastião

Em São Sebastião a disputa se concentrou entre o ex-prefeito Juan Garcia (PMDB) e Felipe Augusto (PSDB). Como o ex-prefeito teve a sua candidatura impugnada pela Justiça Eleitoral, por causa de diversas condenações por improbidade administrativa na época em que foi prefeito, o quadro ficou fácil para o tucano que conseguiu 83,20% dos votos válidos (sem computar os que foram para o candidato impugnado). O PT se coligou com o peemedebista na esperança, infrutífera, de eleger um vereador e o PCdoB mais uma vez se coligou com o PSDB.

Chamou a atenção o alto número de votos nulos, 2.319 ao todo.

### Caraguatatuba

Caraguatatuba teve umas das disputas mais acirradas do país. Aguilar Jr. (PMDB) recebeu 25.138 votos (42,50%), enquanto o candidato Gilson Mendes (PSDB) - indicado pelo atual prefeito Antônio Carlos (PSDB), que está no seu quarto mandato – conseguiu 25.101 votos (42,44%). O PSOL lançou a candidatura de Thifany Félix, que conseguiu 394 votos. 4.369 votos nulos foram computados.

reador. Se é correto afirmar que parte da população votou na direita mais reacionária acreditando em uma alternativa de melhora, também é necessário reconhecer que outra grande parcela rejeitou servir de massa de manobra política.

O desencanto com a política burguesa – nesse sentido, é importante a experiência realizada com o PT – é um fator positivo para a luta revolucionária. Mas, para isso, a vanguarda está obrigada a trabalhar no seio dos explorados assimilando suas necessidades e impulsionando suas tendências de luta.

## Governo Beto Richa ataca

Logo após as eleições, o governador do Paraná, Beto Richa/PSDB, volta a atacar o funcionalismo público. No dia 3 de outubro, enviou para o legislativo estadual um projeto de lei que suspende o reajuste do funcionalismo estadual, referente à inflação de 2016.

O governador já tinha pressa em aprovar esse projeto de lei no primeiro semestre, porém, com as eleições, sua base recuou. Obviamente, para não perderem votos com medidas antipopulares. Tudo indica que o caminho está livre para Richa aprovar mais um ataque ao funcionalismo público do estado.

O massivo movimento grevista do funcionalismo, que vem se desenvolvendo desde 2015 e que se radicalizou em 2016, limitou a imposição de medidas antipopulares dos deputados estaduais e do governo. Esse é o caminho para defender a vida dos explorados e impulsionar a sua organização independente. Logo ficará claro para os explorados que os prefeitos eleitos e seus respectivos partidos são os mesmos algozes que jogaram a polícia contra os grevistas.

O PT e o PCdoB no município - incluindo a sua juventude, que foi organizada durante as ocupações de escolas estaduais no final do ano passado - fizeram uma ampla campanha para o peemedebista, alegando a necessidade de vencer o PSDB e defendendo as propostas “inovadoras” de Aguilar Jr. Nada disseram sobre este fazer parte do partido que foi fundamental para o golpe de estado institucional que ocorreu há poucos meses, sobre o PCdoB estar coligado com o PSDB no município vizinho de São Sebastião, e o que é pior, sobre a história de unidade e origem comum na política entre a família Aguilar e o PSDB. Aguilar, ex-prefeito e pai do candidato, foi vice-prefeito de Aguilar em gestões anteriores e Prefeito pelo PSDB, como continuação de Antônio Carlos.

### Ubatuba

Ubatuba contou com 7 candidatos. O atual prefeito Maurício Moromizato (PT) conseguiu apenas 4.820 votos (12,32%), ficando em quinto lugar. Venceu Sato (PSD) com 14.243 votos (36,41%). Vicente Mata Pugliuso (PSOL) conseguiu 164 votos. 3.059 votos nulos foram computados.

## Conclusão

Nas quatro cidades do Litoral Norte, os atuais prefeitos não conseguiram se reeleger ou eleger seu sucessor. As oposições burguesas acabaram capitalizando o descontentamento generalizado com a situação de precariedade dos serviços públicos como saúde, educação e transporte.

O PT e o PCdoB, quase sem nenhuma expressão na região, como nas outras eleições, atuaram de maneira totalmente adaptados às oligarquias locais. Ora apoiando a situação burguesa (Ilhabela), ora a oposição burguesa (São Sebastião e Caraguatatuba).

O PSOL também não possui expressão na região, atuou com candidaturas próprias - com exceção de São Sebastião, que não lançou

candidaturas - mas não se diferenciou dos demais candidatos burgueses com suas proposições. Este partido, como regra, serve como um verdadeiro “partido de aluguel” na região, com candidatos que não participam dos movimentos sociais e só aparecem no período eleitoral, buscando uma legenda para se lançar ao pleito.

O número de votos nulos em São Sebastião e em Ubatuba teve um pequeno aumento em relação às eleições de 2012. Embora expressem

um descontentamento com as eleições burguesas, não se traduzem, necessariamente, na defesa dos métodos da ação direta.

Nota-se o quanto o PT e PCdoB alimentam o fisiologismo local. São arrivistas. Caminham atrás dos partidos da burguesia. Procuram sobreviver em sua sombra. Nas eleições, é quando se tornam mais visíveis o apodrecimento dos partidos que falam em nome dos trabalhadores e trabalham em prol da burguesia.

## **Recessão econômica continua golpeando os empregos e os salários**

A situação do país é de retração econômica. Algumas variações positivas em determinados setores não modificam os índices negativos do PIB em 2016 e não alteram o curso estimado para o próximo ano. Os indicadores de desempenho revelam o aumento do desemprego, queda no rendimento médio dos trabalhadores e diminuição do consumo das famílias operárias e de camadas médias empobrecidas.

As possibilidades de mudança desse penoso quadro são muito remotas, tendo em vista que a crise econômica persiste em toda a parte. Haja vista a quase estagnação das potências europeias e do Japão, a desaceleração da China e o baixo crescimento dos Estados Unidos. O que refletem no mercado mundial. Uma das consequências é a queda do preço das commodities, principal fonte de exportação dos países semicoloniais, como o Brasil.

Internamente, a crise política, por sua vez, está longe de ser superada. O governo Temer pressiona para que medidas de ajuste fiscal, exigidas pelos credores imperialistas, sejam rapidamente aprovadas no Congresso Nacional, mas se vê obrigado a travar um percurso de negociações com as diferentes frações da burguesia e a contar com a conciliação de classes, mecanismo para atrair as burocracias sindicais em torno da aprovação das reformas antioperárias e antipopulares.

Por outro lado, os capitalistas continuam demitindo a rodo e aplicando a flexibilização capitalista do trabalho sem encontrar resistência organizada do conjunto da classe operária. E exigindo pressão na votação de projetos de leis que alteram a legislação trabalhista, como a lei da terceirização e a “prevalência do negociado sobre o legislado”, que estão há anos no Congresso Nacional. Portanto, um mecanismo de fatiar a reforma trabalhista, que de conjunto poderia trazer dificuldades de aprovação imediata. Os monopólios, por outro lado, exigem que Temer finalize o projeto do PSDB/José Serra, que altera as regras da Petrobrás como operadora única na exploração do pré-sal. Portanto, que avance na privatização da estatal petrolífera.

O fato é que a população sem emprego subiu para 12 milhões. O

número de empregados com carteira assinada caiu, ultrapassando 1,4 milhão de trabalhadores. Reduziu a quantidade de trabalhadores por conta própria. Cresceu o trabalho informal e de trabalhadores domésticos sem carteira, portanto sem nenhuma proteção trabalhista. O rendimento médio está abaixo do ano passado, hoje atingindo R\$ 2.011. Aumentou o número de pessoas que vive do salário mínimo de fome do governo, R\$ 880. Esses dados mostram o aumento do exército de desempregados, o quanto se precarizaram as condições de trabalho e o quanto vêm caindo os salários. Trata-se de uma situação de piora das condições de trabalho e sem nenhuma perspectiva de modificação em função da manutenção da crise econômica mundial.

A pressão do governo golpista de Temer em aprovar as reformas trabalhista e previdenciária e a PEC do teto de gastos públicos visa tão somente a garantir recursos para a continuidade do pagamento da gigantesca dívida. Impõe, assim, maiores sacrifícios para os explorados para manter a lucratividade do capital financeiro parasitário. Como dissemos, trata-se de um governo pró-imperialista a serviço de descarregar a crise econômica sobre os ombros da população oprimida.

A resistência da classe operária e demais explorados está contida pela política de conciliação de classes das burocracias sindicais, que se materializa nos acordos de demissão (PDVs) e na aceitação da flexibilização capitalista (lay-off, PPE, terceirização) e nas negociações com o governo golpista em torno das reformas da previdência e trabalhista. Não há vontade política de organizar os empregados e desempregados para enfrentar as medidas de Temer. O discurso da greve geral é “para inglês ver”.

A pouca penetração das ideias revolucionárias no seio da classe operária tem retardado a constituição das frações classistas no interior das fábricas. Esse é um obstáculo que tem de ser superado para que o proletariado assuma sua tarefa de ser a força motriz da luta de classes no Brasil. O que implica ampliar o trabalho do partido operário revolucionário junto à classe operária e demais explorados.

## **Lançamento do Livro Ascenso e queda do PT na Paraíba**

No dia 30/09, ocorreu o lançamento do nosso mais recente livro. Trata-se de uma publicação que se tornou necessária diante do golpe de Estado e da profunda crise política em que o país está imerso. A crítica ao PT é feita considerando o processo histórico de esgotamento e inviabilidade do reformismo que, em sua expressão brasileira, foi encarnado sob a consigna petista de “socialismo democrático”. Expostas as raízes do fracasso, isto é, a da impossibilidade da classe operária chagar ao poder pelas vias eleitorais, condensa o acompanhamento feito pelo POR às medidas políticas, sociais e econômicas adotadas pelo PT durante o tempo em que gestou os negócios da burguesia. Também consta a crítica feita após nossa ruptura com o PT, em 1990.

Como se vê, o livro é uma crítica programática ao reformismo e à sua estratégia de adaptação ao capitalismo em decomposição. Deve ser tomado como mais uma ferramenta da luta de classes, do programa revolucionário aplicado às particularidades nacionais. Foi, portanto, armando-se da crítica militante, revolucionária, que acompanhamos a total virada do PT à ordem burguesa; a venda de ilusões aos explorados sobre a possibilidade do Brasil semicolonial superar o

atraso imposto pelo imperialismo, mediante o crescimento econômico com distribuição de renda, inclusão social e sustentabilidade; e foi em nome da independência da classe operária diante da burguesia que acompanhamos a projeção do caudilho Lula e sua traição aos interesses históricos do proletariado.

A crise econômica expôs as contradições de fundo do capitalismo monopolista, desestabilizando e demolindo, em ritmos variados, mas com semelhante contundência, os governos “de esquerda” da América Latina. No caso brasileiro, precipitou a crise política em que estamos imersos e a destituição do governo antinacional e antipopular do PT, cujo conjunto de alianças em que assentava sua política de conciliação de classes se desfez: a política é economia concentrada, como destacava Lênin.

O POR vem alertado os explorados de que a crise mundial não foi superada e tudo indica que se prolongará – como vimos nesse livro e debatemos em seu lançamento. O capitalismo, ao impor aos explorados que arquem com a crise, abre um novo período na luta de classes. É na construção do partido revolucionário – onde o balanço do fracasso do reformismo é parte constitutiva – que está a chave para a nossa vitória sobre a burguesia.

# Temer diante do funcionalismo e aos demais explorados

Nem bem acabaram as eleições, o Congresso Nacional está pronto para aprovar as medidas antinacionais e antipopulares de Temer. Para isso, nas primeiras horas após o pleito eleitoral, o Ministro da Fazenda Meireles e as principais lideranças do parlamento se reuniram para acertar os pontos da votação do novo regime fiscal, a PEC 241. Tal emenda constitucional limita os gastos do Estado, que envolvem estados e municípios. Nessa reunião, ficou acordado que os serviços de saúde e educação ficariam fora dos cortes no primeiro ano de vigência da PEC. Lembramos que essa modificação constitucional terá vigência por 20 anos. Em seguida, a saúde e a educação entrarão no rol dos cortes.

A PEC golpista determina sanções no caso de descumprimento dos limites criados para as despesas, como: a) a de criar cargo ou função que implique despesas; b) conceder vantagem, aumento, reajuste ou adequação de remuneração de servidores públicos; c) admitir ou contratar pessoal; d) realizar concurso público; e) alterar a estrutura de carreira, que implique crescimento de despesa.

A essência dessa PEC é a de cortar recursos de áreas essenciais e expandir as privatizações. Trata-se da velha receita neoliberal, empregada nos anos 90, de redução do papel do Estado, para fazer crescer o superávit fiscal. A função do governo golpista é pôr em prática esse receituário exigido pelo capital imperialista. Não por acaso, o primeiro discurso do direitista João Dória, prefeito eleito em São Paulo, foi o de implantar um plano de privatização e rever as regras para as empresas de transporte público. Quem se beneficia é o capital financeiro com a manutenção do pagamento da gigantesca dívida parasitária. Quem se beneficia é o capital monopolista com a venda de empresas estatais e patrimônio público.

As consequências da aprovação da PEC recairão inteiramente sobre as costas da maioria do funcionalismo público, que já padece dos baixos salários e da precarização das condições de trabalho, e dos explorados em geral, que já amargam o desemprego e falta de serviços vitais, como saúde, educação e moradia. Certamente, será um ataque às tímidas regras de correção do salário mínimo,

que tem sido corrigido acima da inflação. Aposentados, pensionistas, funcionários públicos e a grande maioria dos trabalhadores serão duramente atingidos com a imposição da PEC 241.

## Ato do dia 22 de setembro em São Paulo

As burocracias sindicais discursaram contra as PEC 241 e as medidas do governo Temer e prometeram realizar uma grande manifestação. Poucos dias antes, houve o desmonte. As centrais sindicais indicaram atos dos metalúrgicos para o dia 29, que recebeu o nome de “esquenta para greve geral”. Assim, o dia 22 só existiu porque havia a convocação da assembleia da Apeoesp. Após a assembleia, algumas entidades do funcionalismo engrossaram a manifestação dos professores. Os bancários, que estavam em greve, sequer compareceram massivamente, limitando-se a alguns dirigentes. Os estudantes atuaram dispersamente, porque as entidades estudantis não convocaram. Os trabalhadores das universidades e estudantes não foram mobilizados para a manifestação.

O resultado não poderia ser outro: uma passeata morna e festiva (bumbos e cantorias), que não se mostrou à altura do tamanho ataque do governo. Consequentemente, o dia 29 era um blefe dos burocratas metalúrgicos, que se restringiu a passeatas consentidas pelo patronato. Sequer houve o tal do “esquenta”, com uma manifestação centralizada.

Como se vê, os burocratas jogam força no discurso e, ao mesmo tempo, esvaziam as ações coletivas dos explorados. Há um ditado popular que serve bem à conduta desses burocratas: “desse mato não sai coelho”, ou seja, por essa via não sai a greve geral. Aqueles que dividem os trabalhadores, aqueles que fazem acordos de redução salarial e demissão e aqueles que se prestam às negociatas com o governo golpista não tem força moral para ganhar confiança da classe operária e demais explorados para uma greve geral. Na realidade, sequer têm interesse em mobilizar unitariamente os trabalhadores. Esse é um grande obstáculo à luta contra as medidas antioperárias e antipopulares do governo e dos capitalistas.

## Atos do dia 29 de setembro

# Burocracias sindicais boicotaram as manifestações nacionais

### Ceará

Em Fortaleza, seguindo o calendário geral da paralisação nacional das centrais contra as medidas de ataques do governo golpista de Temer/PMDB/PSDB/DEM/PSB, estava marcado um ato unificado: CUT, INTERSINDICAL, CSP-CONLUTAS, CTB, UNIDADE CLASSITA, MST e a FRENTE BRASIL POPULAR, na Praça da Imprensa.

Mas o que aconteceu foi um ato extremamente esvaziado, que contou com cerca 70 pessoas em sua maioria de estudantes. Mais cedo, somente compareceu a CSP-CONLUTAS com alguns operários e alguns representantes de sua central; depois das 8h foram embora após permanecerem alguns minutos. Assim sendo, as demais centrais boicotaram a paralisação.

Além das centrais sindicais e sindicatos filiados, como também as correntes políticas deixaram de fortalecer o ato. As organizações que

compareceram foram o POR, PSTU, PSOL e um setor da juventude do quizomba/PT.

Avaliamos que o boicote, principalmente, da CUT e dos partidos PT e PCdoB, expressa a submissão destes setores à burguesia, que quer prender Lula e aniquilar o PT por meio da Operação Lava Jato. Por isso, tem de mostrar aos capitalistas a colaboração de classes diante dos profundos ataques do governo Temer.

O POR vem trabalhando seio das massas para construir uma frente única de combate às medidas antinacionais e antipopulares dos governos. Sem luta de classes e sem disposição de combate por parte das direções sindicais, o governo fica de mãos livres para continuar impondo profundos ataques aos explorados.

### São Paulo

Em São Paulo, as centrais sindicais desmarcaram o ato de 22 de

setembro em nome de uma grande mobilização no dia 29 dos metalúrgicos. A Apeoesp manteve a assembleia do dia 22 e a convocação para o ato, juntamente com o funcionalismo público e os bancários, que estavam em greve. A direção dos bancários/PT não se empenhou de convocar os grevistas, comparecendo apenas uma pequena parcela. A direção do Sinpeem, PPS e PCdoB, se limitou à convocação pelo site do sindicato. O resultado não poderia ser outro: uma manifestação pequena diante do tamanho ataque do governo.

O dia 29 era um blefe. Os sindicatos metalúrgicos procuram fazer atos regionais. O PR esteve presente no ato da Praça Lorenzetti (Arno). O Sindicato Metalúrgico de São Paulo, com o consentimento dos patrões, reuniu operários da região e fez uma breve passeata. Discursou contra as reformas sem acusar o governo Temer. Denunciou veladamente o PT de ter roubado os cofres públicos, sem dizer também o nome do partido e do governo, e pediu para que esse dinheiro fosse devolvido. Alegou que, com esse dinheiro em caixa, não era preciso de reformas. A Conlutas esteve presente e se colocou em favor da greve geral.

A burocracia aproveitou a manifestação para defender a candidatura do Major Olímpio e de vereadores do partido de Paulinho da Força. Portanto, o ato do dia 29 tinha um caráter eleitoral.

O POR distribuiu o manifesto “Dia Nacional de Paralisações e Luta em Defesa dos Direitos”. E um grupo de operários se aproximou para dizer que é preciso uma greve geral de verdade e não uma paralisação onde tudo está trabalhando.

## Natal

Em natal, a paralisação nacional acabou se dividindo em dois atos “Fora Temer”. Inicialmente, havia um acordo entre as direções para que se realizasse um ato em frente ao shopping Midway. Porém, diante de um comício do PT para a candidatura do Mineiro (PT), que ocorreria um pouco antes e que iria contar com a presença de Lula, a Frente Brasil Popular, que é um braço do PT, decidiu por conta própria modificar o local do ato para o Via Direta, que era bem próximo do local do comício. A intenção do PT era que, acabado o comício, ficasse mais fácil mobilizar as pessoas presentes para o ato.

Tal atitude provocou indignação. A CSP-Conlutas não quis se submeter à manobra da Frente Brasil Popular, argumentando que não se sujeitaria a se diluir no comício do PT. O Fórum dos Servidores do RN, uma cúpula de direções sindicais não alinhadas com o PT, decidiu por realizar o ato no Midway. A Frente Povo sem Medo, a que o PSOL compõe, reuniu-se dois dias antes e decidiu não participar do ato no Via Direta, mas sim do ato organizado pelo Fórum dos Servidores, sob o mesmo argumento da CSP. E, assim, o dia 22/09 saiu dividido entre um ato menor com a CSP, Intersindical e Frente Povo sem Medo e maior com a CUT, CTB e Frente Brasil Popular.

Esse acontecimento evidencia a política divisionista das direções sindicais. Mais preocupados em se destacar eleitoralmente, as correntes e direções sindicais relegam à segundo plano a necessidade da unidade frente aos ataques do governo golpista. Evidencia também a fragilidade dessa unidade que não se constitui em torno das reivindicações, mas no campo da democracia burguesa em torno do “Fora Temer” e “Eleições já”. Uma verdadeira frente única pelas reivindicações não toleraria uma divisão como esta, pois estaria em luta direta contra o governo, o que exigiria a total unidade dos explorados.

O POR, junto com estudantes e professores das regionais, participou do ato do Midway, distribuindo manifestos e denunciando os capitalistas que têm intensificado a exploração da força de trabalho nas fábricas, como na Guararapes, além de se diferenciar do “Fora Temer”, com a defesa de “Abaixo o governo golpista de Temer” e por um gover-

no operário e camponês.

## Paraíba: Campina Grande

O dia 29 se resumiu a uma palestra sobre os ataques ao funcionalismo público na universidade estadual (UEPB) e de ato na praça, no centro. Diferentemente do dia 22, em que as centrais compareceram, e o ato contou com cerca de 600 pessoas, desta vez o ato foi boicotado pelos ex-governistas (PT, Levante Popular e PCdoB). Este último, que inclusive ficou responsável em levar o carro de som, não cumpriu, alegando que o carro havia quebrado. A CTB não compareceu, nem mesmo com seus “funcionários” carregando as costumeiras bandeiras da central. O PT compareceu com quatro antigos burocratas sindicais – além de outro militante que destoa da direção, votando inclusive no PSOL para prefeitura da cidade, contrariando a determinação do PT em apoiar o PSB. A juventude do Levante Popular, que no ato anterior compareceu em peso, se ausentou. Da mesma forma procederam os professores da Federal (UFCG), aqueles que ontem mesmo eram tão assíduos na luta contra Temer e pelo “volta querida”, também não deram as caras. Tudo indica, como ouvimos de um militante do Levante, que eles associaram o ato ao PSOL e por isso o boicotaram. Estiveram presentes as associações docentes das universidades, como ADUFCG (conseguindo, inclusive, outro carro de som na hora) e ADUEPB, alguns sindicatos, como dos bancários, e partidos, como PCR, PSOL, POR e simpatizantes do MRT.

Apesar do boicote, as intervenções pouco destoaram daquelas do ato anterior, hegemônicas pelos petistas e aliados, com a chamada do nome dos políticos golpistas que votaram pelo impeachment e a defesa de uma abstrata democracia. Parecia haver um acordo tácito em não criticar o PT e o PSB, partido do governador, que vem aplicando uma dura política contra os explorados, do campo e da cidade, mas que ainda exerce influência nos movimentos sociais do estado. Porém, um militante do PSOL fez críticas aos governos, federal e estadual. O POR denunciou a responsabilidade do PT (o que gerou certo descontentamento dos burocratas, e aplausos dos presentes), mas também saudou o ato e defendeu a necessidade da unidade na luta, a liberdade de crítica, a defesa das reivindicações e a independência de classe por meio da bandeira do “Abaixo Temer e pelo governo operário e camponês”. O ato contou com cerca de 150 pessoas. O POR atuou com o Manifesto e faixa do partido.

## Recife

Os dias 22 e 29 de setembro foram definidos em acordo entre as principais sindicais como um dia nacional de greves, lutas e paralisações. Em Recife, o ato do dia 22 coincidiu com a presença de Lula na cidade e houve uma manobra para que o ato fosse marcado próximo ao local do comício do candidato do PT à prefeitura. O ato, em frente à Federação das Indústrias de Pernambuco, foi bem morno, mostrou que não houve empenho das centrais e sindicatos em paralisar as atividades e convocar as bases para o ato de rua contra os ataques aos trabalhadores. Os bancários, em greve, marcaram presença, assim como sindicatos de professores municipais e estaduais, militantes do MST, lideranças sindicais da CUT e CTB, além da militância de partidos como PT, PSTU, PCR, PSol, dentre outros. Sem forças suficientes para sair em marcha, o ato foi dispersivo, se limitou às intervenções no carro de som e se dissolveu, depois que uma ala se direcionou ao comício de Lula e João Paulo.

No dia 29, não houve nenhum ato de rua convocado pelas centrais sindicais. Provavelmente, os burocratas estavam mais preocupados em se enfileirar por detrás de seus candidatos às eleições municipais, deixando a luta contra o governo Temer na geladeira. Enquanto isso, o governo golpista se apressa para aprovar as medidas antinacionais e antipopulares rapidamente após as eleições.

# Paralisação na UFPE, apesar das manobras da direção

A Associação dos Docentes da UFPE (Adufepe) é dirigida pelo PCdoB. Atendendo ao chamado da “Greve Geral” da CUT convocou uma assembleia no dia 14/09 para discutir a conjuntura nacional. Na ocasião estava se encerrando uma jornada de lutas dos servidores públicos federais em Brasília que não contou com a participação da UFPE. Nesta assembleia, propusemos a criação do Comando Unificado de Mobilização para que pudéssemos organizar a resistência aos ataques do governo Temer e reitoria. A direção do sindicato ficou na defensiva, mostrou indisposição em construir a unidade, como se a articulação superestrutural, em Brasília, já bastasse. A assembleia aprovou a paralisação do dia 22 e a realização de uma nova assembleia.

No dia 22, houve panfletagem pela manhã e depois uma assembleia de docentes, mas que contou com a presença e fala de muitos estudantes e alguns técnicos. Nesta ocasião, foi aprovada a paralisação do dia 29, uma nova assembleia, e foi agendada a data da primeira reunião do comando unificado, já que a diretoria não havia encaminhado a deliberação anterior. Na reunião do Comando Unificado, a direção da Adufepe tentou eliminar a assembleia docente da programação, a manobra foi desarmada e foi exigido que a assembleia fosse mantida, mas estatutariamente cabe à diretoria convocá-la. Foi proposto e aprovado que a perspectiva do movimento era construir uma Assembleia Geral Unificada para dar resposta aos ataques e organizar a luta. Mesmo assim, a diretoria não convocou a assembleia, ante a cobrança até de uma base docente mais conservadora, inventou na internet uma assembleia unificada, à revelia da deliberação do comando.

Para completar as manobras atrapalhadas, imprimiu apenas 100 boletins do comando unificado e fez dois outros materiais com datas e locais do ato errados. Esta sabotagem também foi denunciada. O boletim na véspera foi garantido pelo sindicato dos técnicos, dirigido pelo PSol, e no dia, com atraso, pela própria Adufepe depois da pressão da oposição.

## Encontros Regionais da Apeoesp

No dia 28 de setembro, realizaram os Encontros regionais para a eleição de delegados ao Congresso da Apeoesp. Como sempre, a burocracia, para ter o controle do Congresso, envia as atas para as escolas, que são identificadas pelas cores e pela numeração. Boa parte delas não as recebe. O que implica um combate das correntes de oposição para ter acesso às atas, sem isso não há como fazer a eleição nas escolas. Nas subseções dirigidas pela oposição, que são poucas, aprovam-se as atas xerocadas. Outra manobra da burocracia é a inscrição de aposentados e professores da rede municipal. Cada um desses equivale a 10 assinaturas de filiados nas escolas. E como só a burocracia sabe quem são os aposentados e os filiados municipais, porque não há lista de sócios, procura inscrever o máximo possível. Como se vê, a representação de delegados no Congresso é antidemocrática e manietada pelos interesses da burocracia.

A Apeoesp divulgou o caderno com 13 teses e 3 contribuições. A Corrente Proletária/POR é a tese 3, que tem o título: “Unidade na luta de classes”. Fez campanha nas escolas das subseções da Lapa, Taboão, Itaquera-São Miguel, Penha, Caieiras-Franco da Rocha e Morato, Cotia, Litoral Norte. Simpatizantes utilizaram a tese para disputar delegados, como em São Caetano e Litoral Sul. Ainda não temos os dados totais de delegados obtidos.

Em todas as regiões, a Corrente Proletária distribuiu um panfleto contendo as ideias centrais da tese e as tarefas dos Encontros Regionais.

### Lapa

Participaram do Encontro 193 pré-delegados. A região é dirigida pelas correntes de oposição. A Articulação/PT é minoria. Assim, na comissão organizadora, aprovou-se a proporcionalidade direta e a distribuição de atas para todas as escolas. Nesse ano, a oposição compareceu unificada para a eleição de pré-delegados nas escolas, o que

A mudança de local do ato, que a diretoria do PCdoB fez para preservar seu aliado, o reitor Anísio Brasileiro, do PT, também naufragou. As sabotagens atrapalharam, mas não impediram o movimento de marchar até a reitoria, bloqueando brevemente as vias em frente à universidade e protocolando as reivindicações gerais e as específicas contra o corte nas bolsas estudantis, contra a ameaça de aumento do RU de R\$3 para R\$10 e contra a criminalização de estudantes e técnicos por conta da ocupação da reitoria no ano passado. Houve boa participação estudantil, apesar de o DCE estar fechado há seis anos, agregando DAs, independentes e a militância da UJC/PCB, Levante, Rua, Movimento Zoada, dentre outros. Uma delegação do IFPE também se somou ao final.

A reunião do Comando Unificado, no mesmo dia, contou com a participação de mais de 100 pessoas, mostrando a necessidade de centralizar os movimentos que já têm despontado de forma dispersa na Universidade. Foi lembrado que a última vez em que houve um movimento unificado na UFPE foi na década de 1990, contra as medidas do governo de FHC. As assembleias das categorias acontecerão na próxima semana e apreciarão a proposta de realização da Assembleia Unificada no dia 18/10, além de um ato conjunto ainda neste mês que unifique a educação municipal, estadual e federal contra os ataques.

A direção burocratizada da ADUFEPE e a ausência do DCE são obstáculos, mas a resposta do movimento é de ampliar a mobilização e o convencimento de que é preciso mostrar o vínculo entre os ataques aos estudantes, terceirizados e servidores públicos aos ataques gerais aos trabalhadores, como a reforma trabalhista e da previdência. A pauta unificada denuncia além das questões locais a PEC 241, o PLP 257 (atual PLC54), o projeto de Lei Escola Sem partido e a Reforma do Ensino Médio. O grito que tem unificado todos é “nenhum direito a menos”. A presença estudantil mostra a disposição de ganhar as ruas e adotar os métodos da ação direta. Todo apoio à luta unificada na UFPE.

fortaleceu o combate contra à burocracia.

As teses, 1, 3, 10, 11 e 13 tiveram 40 minutos para exposição. A oposição dividiu seu tempo entre as teses. A Articulação/PT se uniu ao PCdoB. O PCdoB não defendeu sua tese, 7. Após a apresentação, houve cerca de 12 intervenções de pré-delegados. O centro da discussão foi em torno do governo golpista de Temer, suas reformas e as posições das correntes. A Corrente Proletária enfatizou as consequências da crise econômica para os explorados, a importância da frente única sindical para combater as medidas, denunciou a conciliação de classes da CUT e defendeu a bandeira do “Abaixo Temer” e por um governo operário e camponês.

De acordo com a proporcionalidade direta, a Articulação/PCdoB, ficou com 11 e a Oposição, 35. No interior da oposição, respeitando também a proporcionalidade, coube a Corrente Proletária, 6; a Oposição Alternativa, 11 e o Bloco (PSol e PCB), 15 e 2 para os independentes.

### Itaquera

O encontro contou com 256 pré-delegados e 9 observadores. Foi maior do que o de 2014, que teve 225. No entanto, somente 53 professores serão delegados ao Congresso, como determina o regimento burocrático da Apeoesp. Esse critério burocrático, estipulado pela burocracia sindical petista, excluiu quase 80% dos participantes dos Encontros. Em Itaquera, deixarão de ir ao congresso 79%. As correntes de oposição, representadas pelas teses 10 (Oposição Alternativa), 13 (PSOL e independentes), 3 (Corrente Proletária/POR) constituíram um agrupamento e os delegados foram proporcionais à representação de cada uma.

Na primeira parte, realizou-se o debate sobre a Reforma da Previdência. E, na segunda, os proponentes das teses expuseram suas posições. A bandeira que unificava era a do “Fora Temer”, a exceção

do POR, que se defendeu a de “Abaixo Temer”, vinculando-a com a defesa estratégica do governo operário e camponês. O PSTU defendeu a bandeira eleitoral do “Fora Todos”. O PSOL defendeu suas candidaturas municipais e criticou a posição do POR de voto nulo, caracterizando-a de sectária por privilegiar a ação direta (a frente sindical). O POR fez um balanço dos governos burgueses do PT, de suas alianças com os partidos oligárquicos e de sua impotência diante do impeachment de Dilma Rousseff. E concluiu mostrando a necessidade de construção do partido revolucionário, o partido que tem como programa a revolução e a ditadura proletárias.

Pela proporcionalidade, as correntes majoritárias ficaram com 47% cada uma: 25 delegados para a Conspiração e 25 para a Escola na Luta. A Corrente Proletária ficou com 3 delegados, que corresponde a 6% do plenário. A Corrente Proletária tirou os pré-delegados em 9 escolas, privilegiando os professores que se destacaram nas greves e nas ocupações de escola.

A lição que a Corrente Proletária extrai desse encontro é a da necessidade de consolidar a corrente na região. O grande problema está na superação das ilusões democráticas, nas eleições e na democracia burguesa. O que implica o trabalho sistemático nas escolas de penetração das ideias do partido operário revolucionário.

## Taboão

O 82 pré-delegados eleitos nas escolas compareceram ao Encontro Regional da subsele de Taboão da Serra. A região tinha direito a 24 delegados e 4 suplentes. Houve a defesa de 4 teses: a Tese 3, da Corrente Proletária na Educação, conseguiu 1 delegado; a Tese 10, da Oposição Alternativa (representada principalmente pela corrente LSR, do PSOL), ficou com 2 delegados; a Tese 11, chamada Reviravolta (PSTU), obteve o direito a 3 delegados; a Tese 13 concentrou a maioria dos votos, tendo direito a 18 delegados.

A particularidade do Encontro reside no fato da subsele ser dirigida por proponentes da tese 10, apesar de não possuir peso na base que corresponda mais a essa posição. No interior da tese 13, se encontram 4 correntes do PSOL, de maneira que formaram dois blocos internos que dividiram os delegados entre si: de um lado, a FOS compareceu ligada à TLS (com militantes que eram independentes até a greve do ano passado, aproximadamente), ficando com 7 delegados (dos 18 que a Tese 13 conquistou); os outros 11 delegados foram para a aliança entre “Na Escola e na Luta” e Unidos. Os 4 suplentes foram divididos entre esses dois blocos, 2 para cada.

Esse resultado se caracteriza por ser uma prévia do que provavelmente acontecerá no período de eleições para o sindicato. Unidos e “Na Escola e na Luta” possivelmente levarão vantagem na próxima disputa sobre a LSR. É importante mencionar o fato, pois esse elemento esteve presente contaminando o ambiente do Encontro Regional. O que é lamentável, pois demonstra que o embate pelo controle do aparelho esteve à frente da batalha por eleger delegados classistas, com vistas na derrota da burocracia sindical representada pela corrente Articulação Sindical (PT).

A Corrente Proletária está iniciando um trabalho na região e considera a eleição de seu representante, com suas próprias forças, como uma vitória. Essa conquista inicial deve ser potencializada e convertida em maior influência junto ao professorado na região, o que depende de expandir seu trabalho de base.

## Mauá

O Encontro contou com 111 pré-delegados. No período da manhã, ocorreu o debate sobre aspectos da conjuntura, como as reformas, questões educacionais e o projeto Escola sem Partido. À tarde houve as defesas das teses.

Logo no início, discutiu-se a dinâmica do Encontro. Houve acordo de se estabelecer tempo para apresentação dos expositores e debate. Sobre o Regimento, também se acordou que deveria se acrescentar o

artigo 14º para deixar claro a participação de professores recém associados no Encontro Regional. Ocorre que os burocratas locais não queriam credenciar os professores mais jovens no Encontro. Baseavam-se no Artigo 13 aprovado no congresso burocrático passado, que impedia a participação de professores com menos de 6 meses de sindicalização. Por fim, o 14º artigo acabou sendo incluído por decurso de prazo da mesa regimental. Os militantes da Articulação discordaram, mas como haviam concordado com a dinâmica dos trabalhos tiveram de aceitar e credenciamento dos dois professores recém associados.

Na mesa de conjuntura esteve presente um militante porista que mostrou a importância da política revolucionária na luta dos professores e dos trabalhadores em geral contra as reformas governamentais, que são de quebra de conquistas. No ponto sobre “Escola sem partido”, mostrou a concepção de escola científica voltada à produção social, onde de fato ocorrerá a unidade entre a teoria e a prática.

Na exposição das teses, a Articulação defendeu a 1, procurando enfatizar os ataques de Temer e ocultando a política do PT. A Oposição Revolucionária, a 6, centrando na crítica ao burocratismo da Articulação Sindical. A Corrente Proletária, a 3. Enfatizou os efeitos da crise econômica sobre os explorados e denunciou a política de conciliação de classes das burocracias sindicais, que impede a unificação das massas assalariadas para lutar contra as reformas burguesas do governo golpista de Temer.

Por fim, a burocracia se colocou em favor do corte de 20% para eleição dos delegados. As correntes de oposição se unificaram em torno da proporcionalidade direta. Assim, o agrupamento de correntes de oposição conseguiu 44,14% dos votos. A região tem direito a 25 delegados. Os grupos de oposição conseguiram 11 delegados e a tese da burocracia, 14. Dos 11 delegados de oposição, couberam 2 para a Corrente Proletária.

Como se vê, trata-se de uma experiência de luta contra a burocracia sindical, que dirige a região e que implementa o corte de 20%, para impedir que correntes menores tenham o direito de eleger delegados. A Corrente Proletária, pela primeira vez, disputou sua tese na região. Cabe, agora, fazer um trabalho de aproximação da vanguarda lutadora com as posições do POR, o que significa fortalecer o trabalho de base.

## Litoral Norte

A Pré-Conferência e Pré-Congresso da APEOESP na Subsele de Caraguatatuba (representa os municípios de Ilhabela, São Sebastião, Caraguatatuba e Ubatuba) aconteceu no dia 28/09 e foi burocrática e controlada pela situação.

A direção majoritária da Subsele (PT e PCdoB) se negou a entregar as atas suplementares nas escolas onde a oposição tem influência, a fim de dificultar a retirada de pré-delegados que não compactuem com a política conciliadora e burocrática implementada pela direção majoritária do sindicato. A oposição na região (Corrente Proletária na Educação, anarquistas e independentes) foi obrigada a tirar xerox das atas para garantir a sua participação. O fundamental não é o formalismo da ata oficial, mas que seja feita a discussão na unidade escolar sobre os problemas enfrentados pelo magistério, como superá-los e que seja realizada a eleição democrática do pré-delegado. Importante lembrar que a burocracia sindical se nega a realizar Conferências e Congressos com eleições de delegados diretas nas escolas e com representatividade proporcional (sem cláusulas de barreira), para garantir assim a sua perpetuação à frente do aparato sindical.

No início da reunião, o Fórum dos Sindicatos do Litoral Norte, na figura de um dirigente sindical do Sindicato dos Bancários e do Sindicato dos Petroleiros, pediu para passar uns informes aos professores sobre a greve nacional dos bancários que estava no 23º dia e sobre o avanço do processo de privatização da Petrobras. A mesa negou o pedido e disse que eles poderiam falar somente ao final da atividade.

A Subsele tem direito a enviar 15 delegados. Como de costume, a burocracia sindical propôs que a reserva de vagas para aposentados

fosse de 20%. Esta medida não se trata de nenhuma preocupação com esta camada do magistério, é, na verdade, uma manobra regimental para tentar excluir ou diminuir o peso da oposição, já que todos os aposentados presentes eram próximos do PT e PCdoB. Tal proposta foi aprovada pela maioria dos pré-delegados.

Na sequência, a Corrente Proletária na Educação propôs que se derrubasse a cláusula regimental que determina que os grupos que

não obtivessem 20% dos votos não poderiam enviar nenhum delegado. Defendemos que os delegados fossem eleitos pela proporcionalidade direta. A mesa se recusou a encaminhar tal proposta para votação.

Foi dado 20 minutos para a exposição da Tese 3 (Corrente Proletária na Educação) e para a Tese 1 (direção majoritária), seguida pela votação: A tese 1 conseguiu 80% dos votos e a tese 3 conseguiu 20%. A burocracia teve direito a 13 delegados e a Corrente Proletária a 2 delegados.

## Reforma do ensino médio: O que esconde o discurso do governo?

O governo de Michel Temer lançou no dia 22/09 a medida provisória que modifica o ensino médio no Brasil e vai configurar a maior mudança na educação básica nos últimos 20 anos, desde que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) foi lançada em 1996.

A MP 746 é parte de um conjunto de ataques do governo golpista, que abrange as reformas da previdência e trabalhista, congelamento dos gastos públicos (salários do funcionalismo, orçamento das federais, etc.). Esse conjunto de medidas corresponde à necessidade dos capitalistas de se protegerem dos efeitos da crise econômica mundial, que também afeta o Brasil, e que se expressam no chamado ajuste fiscal para proteção do parasitismo do capital financeiro e na maior exploração do trabalho assalariado.

O desemprego de parcela significativa dos professores com a extinção de disciplinas como Educação Física, Artes, Filosofia e Línguas Estrangeiras servirá ao corte de gastos. Beneficiará diretamente capitalistas donos dos cursos de línguas e cursinhos, pois os filhos dos operários e da classe média arruinada terão de pagar se quiserem que seus filhos tenham acesso a essas disciplinas amputadas do currículo da escola pública.

O enfrentamento a essas medidas, portanto, exige não só a unidade de professores e estudantes como também com a classe operária e demais oprimidos para lutar pelas reivindicações comuns contra o governo golpista.

O governo procura ganhar apoio da população com o argumento de que com a reforma a escola teria uma melhor qualidade, os estudantes se interessariam mais e, assim diminuiria a evasão. Esses motivos escondem os verdadeiros objetivos da mudança, que é a flexibilização do currículo, aumento da carga horária, implementação da escola de tempo integral, fechamento do ensino noturno etc.

### As raízes do descontentamento do estudante com a escola

O governo diz que os estudantes têm pouco interesse nas atuais 13 disciplinas do ensino médio. Isso é verdade, porém mascara que o pouco interesse se deve ao fato da educação estar totalmente desvinculada da produção social. Em outras palavras, a educação escolar se desenvolve por meio de um amontoado de fragmentos teóricos que nada têm a ver com a realidade. Porém, o argumento do governo é que, diminuindo o número de disciplinas e colocando os estudantes para escolher as áreas do conhecimento em que tiverem mais afinidade, aumentará necessariamente o interesse dos estudantes e, por consequência, diminuirá a evasão. Isto é uma falácia. Sem uma modificação curricular que vincule aquilo que se aprende na sala de aula com a produção social, com a construção do mundo, com a realidade social, nenhum interesse será despertado, não passará de pró-forma a escolha que os estudantes fizerem. Além disso, escolher dentro da pobreza da realidade escolar é na verdade se adaptar a ela. Que escolha se pode fazer dentro da escola precarizada?

Outro problema que está escondido neste argumento é o da evasão. O governo diz que ocorre devido ao desinteresse dos estudantes com a escola, quando de fato a evasão está ligada às condições materiais da vida dos alunos. Eles abandonam a escola por vários motivos, dentre eles as condições precárias para acompanhar os estudos dadas pela situação social, mas principalmente porque precisam trabalhar e não podem esperar pelas promessas feitas pela escola de que com um diploma de ensino médio terão mais condições de entrar no mercado de trabalho.

### A expulsão dos estudantes trabalhadores das escolas

A proposta da MP passa a carga horária anual de 800 para 1400 horas, gradualmente. Com o aumento da carga horária, o governo pressio-

na os estados que implantem o projeto de escolas em tempo integral. Este projeto desconsidera totalmente uma grande parcela dos estudantes de ensino médio que trabalha ou que busca um trabalho, pois necessitam de uma remuneração para contribuir com a renda familiar. Hoje, 85% dos estudantes do Brasil está na escola pública; no ensino médio, 7 milhões estudam na rede pública, contra 1 milhão da rede particular; boa parte desses estudantes é da classe proletária ou seus pais são trabalhadores assalariados. Uma escola de tempo integral desconsidera esses estudantes trabalhadores e vai necessariamente expulsá-los da escola.

Nesta MP, nada se fala das condições de trabalho dos professores e profissionais da educação, como se os problemas apontados pudessem ser resolvidos por canetadas do executivo/legislativo. Pelo contrário, o governo já declarou intenção em modificar a lei do piso de  $\frac{1}{3}$  fora da sala de aula, para  $\frac{1}{4}$ , resolvendo em parte o problema da falta de professores.

Nenhuma palavra sobre o salário dos trabalhadores da educação, que já é referência de salário mais baixo entre todos os profissionais com ensino superior.

### O ataque à formação profissional docente

A MP, ao se referir aos professores, introduz o “notório saber”. Com esse critério, será possível contratar profissionais para ministrar aulas sem que tenham formação de professor.

Além disso, aglomera as disciplinas em grandes áreas (humanas, naturais, linguagens etc). Ou seja, não será necessária a formação profissional específica em nível superior. Essa medida tem duas consequências mais diretas: maior desqualificação do trabalho do professor, com consequente redução salarial; e destruição dos cursos superiores de formação profissional docente, que se tornarão supérfluos.

### Nossa luta

Professores e estudantes devem se unir sob a bandeira de: abaixo a Reforma do Ensino Médio. Em seu lugar, exigimos: 1) um único sistema de ensino público, gratuito, laico, científico e voltado à produção social; 2) estatização do sistema escolar privado, sob o controle de quem estuda e trabalha; 3) fim das salas de aula superlotadas. Não mais que 25 alunos por sala de aula; 4) fim dos vestibulares e acesso livre a todos níveis educacionais; 5) combinação dos estudos com o trabalho. Nenhum jovem sem trabalho, nenhum jovem fora das escolas. Jornada compatível de 4 horas na produção e 4 horas para os estudos. Que nenhum estudante receba menos que um salário mínimo vital.

Para derrubar a Reforma do Ensino Médio e lutar pelo programa de defesa da escola pública, é preciso organizar a mais ampla unidade e levar a questão para a classe operária e demais oprimidos. Não será pela via da pressão parlamentar e lobbies no Congresso que se derrotará o governo. Serão com os métodos próprios da classe operária, assimilados pelos professores e estudantes, como as greves, ocupações e mobilizações de rua, que liquidará a Medida Provisória 746.

O fato é que não é possível reformar a escola burguesa. É preciso edificar uma nova escola, que não é possível sob o capitalismo, mas sim sob as bases de uma nova sociedade, do socialismo. A luta histórica do proletariado deve ser também a luta dos estudantes e professores, por expropriar a propriedade privada da burguesia e colocar os meios de produção à serviço dos explorados, o que possibilitará um desenvolvimento harmônico das forças produtivas e a união do ensino com a produção social, e a verdadeira união da teoria com a prática.

## Nesta edição:

- Colômbia: O fundamental é entender por que as Farc se renderam
- Síria: Avanço das tendências bélicas mundiais.
- Lênin: Assimilar os fundamentos do “Que Fazer?”

## Artigos das Seções Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional



## O fundamental é entender por que as Farc se renderam

Sabia-se que o plebiscito serviria à campanha do ultrarreacionário Álvaro Uribe e do seu partido Centro Democrático não propriamente contra o “acordo de paz”, mas em favor de um “acordo” que definisse claramente a capitulação das Farc e as punições correspondentes. O que não se tinha clareza é até que ponto os opositores arrastariam parcelas da população a dar vitória ao “Não”. Tudo indica que o governo de Juan Manuel Santos avaliava que seria possível contar com apoio da maioria dos colombianos. Há porta-vozes influentes que avaliam que o presidente devia ter assinado o acordo e que passasse imediatamente à sua implantação. Não havia necessidade do plebiscito, uma vez que o governo contou com amplo apoio internacional, desde os Estados Unidos até Cuba.

Pelo visto, os únicos opositores aos termos do acordo eram Uribe e o Centro Democrático. Se não houvesse a chancela de tão amplo espectro da política burguesa mundial, então a divergência que se resume às disputas internas entre governistas e opositoristas teria maior transcendência. Entre as várias tentativas de acabar com a guerrilha, o acordo de 26 de setembro era e é o mais viável. Não por acaso, a cerimônia de assinatura ocorreu sob os aplausos de inúmeros chefes de Estado ou de seus representantes. O destaque dado ao secretário-geral da ONU, Ban Ki-moon, indicou que não se tratava apenas de um acordo nacional, colombiano, mas internacional.

Em meio à turbulenta situação mundial, na qual a guerra internacionalizada na Síria expõe os horrores do capitalismo em decomposição, a bandeira de paz na Colômbia é um acontecimento auspicioso para o imperialismo e para a burguesia latino-americana. Foi sentida tão somente a ausência do Papa, que justificou não pretender influenciar o plebiscito. Mas o acordo não deixou de ser abençoado pelo Vaticano, na figura do cardeal Pietro Porolin.

Enquanto Uribe declarava ser “muito grave unir bandidos com o Estado”, Frank Pearl, representante das Farc, se mostrava apreensível com a expectativa de que a abstenção fosse além da conta. Considerava “o principal inimigo” a abstenção. Exortou a população a ir votar ou pelo Sim ou pelo Não, mas que expressasse seu desejo. É bem provável que o massivo comparecimento descaracterizaria o plebiscito como sendo da classe média e daria maior margem de vitória ao Sim. O receio das Farc, na realidade, era o mesmo do governo e dos chefes de Estado que avalizaram o acordo de Cartagena de Índias.

O resultado foi que apenas 18,8% dos colombianos aptos a votar decidiram por uma escassa margem pelo Não. O comparecimento de apenas 37,4% dos eleitores demonstrou desinteresse da maioria pelas disputas entre as duas principais frações da burguesia.

É bem provável que a maioria oprimida, entre ela o proletariado, não vê importância no que fazem ou deixam de fazer as Farc, no que faz ou deixa de fazer o governo em relação à decadente guerrilha. Os mais explorados e sacrificados pelos capitalistas, tanto no campo quanto na cidade, não reconhecem as Farc como parte de seus problemas e necessidades. Do mesmo modo, não veem em que a deposição das armas e a integração dos ex-guerrilheiros na democracia burguesa irão

ajudá-los a enfrentar a miséria, a fome e a polícia. A rendição das Farc e a vitória final do Estado não se converterão em benefício à maioria.

Que importância tem o fato dos ex-guerrilheiros substituírem as armas pela palavra, o campo da guerrilha pelo parlamento? Que importância tem a promessa de acabar com a violência no campo e na selva, se a maior violência se manifesta nos grandes centros urbanos, onde capeiam soltas a miséria e a pobreza? Alguém de sã consciência e que tenha o mínimo de capacidade para extrair da experiência pode acreditar que haverá alguma reforma na estrutura agrária e que os camponeses passarão a viver melhor? Em absoluto, não podem! Está aí por que, à maioria oprimida, tanto faz viver com ou sem as Farc, com ou sem a paz da oligarquia, da burguesia latino-americana e do imperialismo. Continuará carregando o peso da grande propriedade da terra, da indústria e do comércio.

Mais de cinquenta anos de conflito e de um rastro de sangue que não se apaga não serviram para que as Farc refizessem suas posições democrático-burguesas e que reconhecessem que se constituíram em uma organização fora e distante do proletariado. Há muito viram que não podiam vencer o Estado, o imperialismo e o bilionário “Plano Colômbia”, financiado pelos Estados Unidos. Mas não viram que a impossibilidade não se devia à guerrilha camponesa, mas sim ao seu isolamento do proletariado urbano e ao objetivo de realizar uma revolução democrático-burguesa, programa sobre o qual se edificou a guerrilha.

Os longos anos de resistência nas selvas contra a poderosa aliança contrarrevolucionária, organizada pelos Estados Unidos na América Latina, não poderiam ser sustentados sem o envolvimento de uma parcela e apoio dos camponeses pobres e sem o heroísmo de suas fileiras. Se é certo que as Farc tiveram de recorrer aos recursos financeiros da burguesia narcotraficante, o que implicou sua descaracterização, não é certo atribuir a esse meio a causa principal de sua resistência. Sem dúvida, a guerrilha colombiana deixa como legado uma rica experiência de combate, que no futuro poderá servir, sob novas condições, ao proletariado revolucionário.

A rendição não é o problema em si mesmo. Uma política consciente, marxista, jamais considera a impossibilidade de rendição. Em uma situação de derrota inevitável e massacre das forças revolucionárias, pode haver um acordo de rendição. É bem provável que as Farc ainda tinham condições de resistir por mais tempo, mas as derrotas sofridas que resultaram em morte de quase toda sua direção original indicavam um recuo cada vez maior. O governo de Uribe impôs-lhes um cerco brutal, utilizando-se dos grupos paramilitares e sequazes bem pagos com os dólares do Plano Colômbia. De maneira que o esgotamento da guerrilha das Farc era visível.

O problema fundamental está em que não houve apenas uma rendição, mas uma capitulação política e ideológica. É o que expressa o reconhecimento de que a via das transformações não se dará pela revolução armada, mas pela democracia burguesa, não mais pelas armas, mas pelo verbo e voto.

O pedido de perdão àqueles que foram atingidos pelos comba-

tes, sequestros e represálias foi uma condição imposta pelo Estado colombiano e pelo imperialismo que se valeram das ações dos paramilitares do governo de Uribe, da tortura e dos assassinatos. As Farc, assim, renunciam e renegam a guerrilha e admitem o monopólio da violência pelo Estado burguês. Esse é o conteúdo político, ideológico e programático da rendição. Deve ser rechaçado pela classe operária e por sua vanguarda revolucionária, marxista-leninista-trotskista.

A reprovação do acordo causou um grande constrangimento internacional. Imediatamente, Uribe e o Centro Democrático anunciaram sua disposição de sentar com o governo para evitar o naufrágio definitivo do acordo, que levou pelo menos quatro anos para sua conclusão. O objetivo agora é de encontrar um denominador comum que garanta punição aos guerrilheiros, responsabilizados por crimes contra os direitos humanos. É o que pleiteou a ONG Human Rights Watch, sob a alegação de que o acordo não pode livrar as Farc de sanções judiciais e de reparação às vítimas. Uribe exige que o Estado faça uma triagem entre os militantes e separe para efeito de punição aqueles que cometeram “crimes atrozes”. Estarão também em rediscussão os direitos políticos e sociais acordados. Há uma disposição do governo e do imperialismo em evitar o fracasso definitivo. Provavelmente, caberá às Farc a decisão de aceitar ou não as condições de Uribe.

A classe operária e sua vanguarda revolucionária devem condenar qualquer medida judicial e policial contra os guerrilheiros que depõem as armas. Devem, no entanto, condenar a posição política, programática e ideológica das Farc, que representa uma vergonhosa capitulação diante da burguesia colombiana e do imperialismo. É necessário também rechaçar a conduta de subserviência do regime castrista aos interesses dos ferozes exploradores.

Esses acontecimentos não dizem respeito somente à maioria oprimida da Colômbia. O retrocesso atinge o movimento revolucionário latino-americano como um todo. Têm, porém, a virtude de pôr à luz do dia a necessidade da classe operária colombiana de construir o partido marxista-leninista-trotskista, como parte da reconstrução do Partido Mundial da Revolução Socialista, a IV Internacional. Viva a revolução proletária! Que morra o capitalismo putrefato! Que de suas cinzas se edifique a sociedade sem classes! Viva os guerrilheiros que tomaram de armas em punho!

## Síria - Avanço das tendências bélicas mundiais

No dia 10 de setembro, os chanceleres dos Estados Unidos e da Rússia (John Kerry e Serguéi Lavrov) anunciaram um acordo de cessar fogo e uma agenda bilateral para transição política na Síria.

O acordo devia garantir: cessar fogo unilateral; acesso à “ajuda humanitária”; que o governo sírio e a Rússia se abstivessem de realizar ataques contra a oposição; Rússia e os EUA realizariam ataques aéreos em regiões previamente acordadas contra as organizações terroristas; se designaria uma área desmilitarizada em Aleppo; e que os grupos “legítimos da oposição” rompessem com os “terroristas”.

A oposição tinha aceitado voltar à mesa de negociações e promover uma transição política negociada. Aceitar-se-ia a permanência de Assad por mais seis meses. Cumprido esse prazo, renunciaria e se formaria um Governo de Unidade Nacional. O governo de transição teria por objetivo redigir uma nova Constituição e convocar eleições em um prazo de 18 meses.

No entanto, dois dias após a assinatura do acordo, um bombardeio dos EUA sobre posições do exército sírio e um ataque sobre comboios da ONU em Aleppo trucidaram a frágil tregua. A Rússia acusou os EUA de conivência com a ofensiva da oposição e da Frente Al-Nus-

## Posição do POR boliviano

*Extraímos do Jornal Massas, nº 2465, de 30 de setembro de 2016, as passagens abaixo:*

“As FARC-EP foram um produto da rebelião camponesa na Colômbia contra a oligarquia latifundiária, cujas raízes remontam à luta entre liberais e conservadores. Seu documento fundamental é o ‘Programa Agrário dos Guerrilheiros das FARC-EP’, aprovado em 20 de julho de 1964, corrigido e ampliado em sua 8ª Conferência Nacional, em abril de 1993. Documento que, em essência, coloca a necessidade de uma reforma agrária, que acabe com o poder dos latifundiários e distribua a terra aos camponeses. Seus líderes se proclamam marxista-leninistas e também bolivarianos. Assinalam que assimilaram as ideias fundamentais do marxismo: a luta de classes, o socialismo como objetivo da luta, a abolição da propriedade privada. Aproximaram-se do marxismo por meio do Partido Comunista Colombiano e claramente se vê que herdaram seu reformismo. Justificam a luta armada assentada no campo, porque a violência da oligarquia latifundiária não lhes deixou outro caminho. Segundo declaram seus dirigentes, são conscientes de que a tomada do poder se dará pela via insurrecional nas cidades, no entanto, assinalam que organizar militarmente os explorados nas cidades é muito difícil, por isso a luta permaneceu concentrada no campo.

O acordo de paz se limita à promessa por parte do Estado de uma ‘Reforma Rural Integral’, que coloca a ‘distribuição equitativa’ da terra, mas *respeitando a propriedade legitimamente adquirida*; se criará um fundo de terras de distribuição gratuita para os setores mais vulneráveis; fundo constituído por terras devolutas, terras doadas, terras inexploradas e terras recuperadas mediante de domínio. Um programa reformista que não extingue o poder econômico da oligarquia latifundiária.

O primitivismo ‘marxista-leninista’ das FARC-EP ignora o mais importante do marxismo: o papel da classe operária como a classe revolucionária e direção política do conjunto dos explorados; o caráter irreconciliável dos interesses da burguesia com os da classe operária e dos oprimidos em geral; a impossibilidade da revolução pelo voto. Não é difícil ver que a incursão das FARC-EP na política legal, no seio da democracia burguesa, as destruirá no reformismo, respeitosa da ordem burguesa”.

ra (Al-Qaeda), que ocorreu sob a proteção dos bombardeios contra as Forças Armadas sírias. Os EUA alegaram como um erro. E logo passou acusar a Rússia de atacar o comboio da ONU. A Rússia negou. As acusações mútuas confirmaram assim a ruptura do acordo. A escalada da guerra diplomática rapidamente se refletiu na ONU e no Conselho de Segurança (CS). Estados Unidos acusaram a Rússia de “crimes de guerra” e barraram uma declaração para que o CS condenasse o bombardeio contra sua embaixada em Damasco.

Nessas condições, as Forças da Rússia e do exército da Síria retomaram a ofensiva sobre Aleppo. Seu controle é estratégico, uma vez que através dessa região passam as rotas de abastecimentos e suprimentos para as forças apoiadas pelo imperialismo e para os territórios que controlam. Se reconquistada pelo governo sírio, esse equilíbrio de forças se romperia. O que se chocaria com o objetivo do imperialismo de “balcanizar” o país oprimido. Trata-se para as potências de manterem o equilíbrio atual de forças, que serve, em última instância, ao objetivo estratégico de exercer o controle de conjunto sobre as fontes estratégicas de riquezas naturais.

A ruptura do cessar fogo, no cenário de maior intervencionismo e

de avanços dos choques entre a aliança comandada pelos Estados Unidos e a Rússia, projeta as tendências bélicas das duas forças econômicas, políticas e militares que estilham o país por cima de suas fronteiras. É o que se observa na decisão do imperialismo de não descartar a possibilidade de atacar as posições do exército sírio e impor militarmente uma zona de exclusão aérea. Essa tendência se desenvolve, porém, em meio a ações políticas e diplomáticas que procuram evitar um conflito de consequências imprevisíveis. Entretanto, as viragens táticas estão determinadas pelas mudanças operadas na conjuntura e nas relações de força entre as potências na guerra civil. Isso explica por que a intervenção da Turquia na Síria, atacando um dos mais importantes pontos de apoio do imperialismo, os curdos, obrigou os Estados Unidos a procurar a via do acordo. Mas, também porque a exitosa ofensiva da Rússia e do exército sírio golpearam os curdos. Nota-se a extrema fragilidade dessa aliança: nem tudo que é bom para os Estados Unidos, é bom para a Turquia.

Entre marchas e contramarchas se desenvolvem as tendências fundamentais da guerra civil internacionalizada na Síria. De um lado, o imperialismo procurando retroagir à situação de anos e meses anteriores. O exército e governo sírios atrincheirados no oeste e sem controle sobre as regiões ricas em jazidas petrolíferas. No norte (Síria e Iraque), os curdos, com fortes laços com o imperialismo e exercendo o controle de fato sobre as regiões ricas em jazidas. E, no leste e sul, se mantém certa instabilidade, que garante um “estado permanente” de intervencionismo militar. De outro, a Rússia pretende manter sua influência e exercer controle sobre uma fatia dos recursos naturais, assim como proteger a infraestrutura (condutos) e rotas comerciais estratégicas (Mar Negro) para sua economia e movimentações militares. Assad é apenas um instrumento desses interesses. Assim como as oligarquias burguesas árabes e nacionalidades (curdos) servem de instrumentos das movimentações imperialistas. Em sua base, acha-se a conformação histórica dos países da região como semicolônias e com fronteiras definidas pelas potências vitoriosas na Segunda Guerra Mundial.

## Assimilar os fundamentos do “Que Fazer?”

No Jornal Massas, nº 528, expusemos as formulações de Lênin sobre o revolucionário profissional. Lênin identificava como um dos principais fatores da crise que afetava a socialdemocracia russa o “atraso dos dirigentes” diante do crescente movimento espontâneo das massas. Apontava como um erro capital “rebaixar” as tarefas políticas e organizativas “ao nível dos interesses imediatos” da luta econômica do dia-a-dia. Não se tratava de negar as manifestações instintivas do proletariado, mas de transformá-las em luta revolucionária, consciente, contra os opressores. Essa tarefa que cabe ao partido não podia ser cumprida se os revolucionários se adaptassem à espontaneidade das massas. A fração socialdemocrata adepta do espontaneísmo não apenas desprezava a atividade teórica como a combatia em nome da prática.

Trataremos, agora, do “caráter conspirativo” do partido revolucionário. Esse aspecto tem a ver com as condições concretas da luta da socialdemocracia contra o regime czarista, que sobrevivia em grande medida por meio da severa repressão aos explorados e, em particular, à sua vanguarda. Verificamos, no entanto, que essa característica não se esgotou diante da especificidade da Rússia pré-revolucionária e revolucionária. A necessidade de o partido do proletariado ser conspirativo diz respeito à ditadura de classe da burguesia.

Nos termos colocados pelas divergências no movimento político russo da época, Lênin refuta tanto aqueles que negam a necessidade da

A crise capitalista mundial impulsiona o imperialismo a avançar sobre antigas áreas de influência russa. É por essa via que se impulsiona o processo de restauração capitalista. As forças produtivas mundiais chefiadas pelos monopólios forçam passagem por cima das fronteiras nacionais. Nota-se nos acontecimentos da Síria e em todo Oriente Médio o recrudescimento da opressão nacional.

O fundamental do acima exposto está em que na época de desagregação capitalista as burguesias semicoloniais não têm como conquistar a independência nacional. Ao mesmo tempo, as nações oprimidas estão obrigadas a se defenderem do brutal saque e da permanência do atraso econômico e social. Essa contradição se converte em maior agravamento da opressão social e nacional.

É o que explica porque os EUA e a Rússia, em lados distintos, compartilham da necessidade de esmagar ao Estado Islâmico. Trata-se de afogar em sangue e massacres a forma concreta que adota revolta da nação oprimida contra as nações opressoras, embora sob a máscara do obscurantismo religioso retrógrado e as formas de combate terroristas. De forma que assim como os explorados tinham o dever de rejeitar o acordo realizado à suas costas, na conjuntura de recrudescimento do intervencionismo, têm agora o dever de se colocar ao lado do Estado Islâmico contra seus algozes estrangeiros, sob a bandeira de autodeterminação dos povos.

A tarefa fundamental passa por organizar a vanguarda com o programa da revolução proletária. É sob seus fundamentos que os explorados combaterão o intervencionismo imperialista e o esmagamento da rebelião das nações oprimidas. É sob a tática da frente única antiimperialista e da estratégia do governo operário e camponês que as massas avançarão na tarefa de realizar a unidade revolucionária da nação oprimida contra seus opressores. Somente assim será possível superar o obscurantismo religioso. Coloca-se em primeiro plano a tarefa de erguer o partido marxista-leninista-trotskista em cada país e avançar na tarefa de superar a crise de direção revolucionária mundial, reconstruindo o Partido Mundial da Revolução Socialista - a IV Internacional.



luta conspirativa quanto aqueles que reduzem a luta política à conspiração. Em outras palavras, refuta aos economicistas, espontaneístas, que se atêm ao democratismo e aos populistas, que se prendem ao terrorismo. O caráter conspirativo é determinado pelas condições da luta de classes. Caso prevaleçam as liberdades políticas, torna-se possível uma ação partidária mais aberta, de forma a aproveitar a luta legal. Extraímos dessa formulação leninista a tática de intervenção clandestina e pública, que sempre estarão combinadas.

Em seu embate contra o democratismo no trabalho revolucionário e contra o conspirativismo das organizações em cuja base está o terrorismo, Lênin chega à seguinte síntese: “O único princípio sério de organização ao qual os dirigentes devem se ater em nosso movimento tem de ser o seguinte: a mais severa discricção conspirativa, a mais rigorosa seleção de filiados e a preparação de revolucionários profissionais. Se se conta com essas qualidades, está garantido algo muito mais importante que o ‘democratismo’, a saber: a plena e fraternal confiança mútua entre os revolucionários.

A natureza revolucionária do partido, que como tal se guia pela estratégia da revolução social, sem dúvida, está obrigado a combinar o trabalho clandestino e aberto no seio do proletariado. Se será mais oculto ou mais aberto depende das condições da luta de classes. Esse fundamento político-organizativo do partido leninista não deve ser tomado isoladamente da concepção geral do partido revolucionário.